

2ª quinzena de março de 2001

AD VERSO

Jornal da Adufrgs

nº 78

O Brasil conseguiu chegar em 2001 com a metade dos casos de Aids que se previa há dez anos. São aproximadamente 600 mil portadores de HIV. Na opinião de profissionais da área de saúde, este sucesso se deve a pelo menos dois fatores: a prevenção e o uso de medicamentos genéricos no combate à doença. Aí começa a polêmica. A grande indústria farmacêutica tem medo que a alternativa brasileira se espalhe pelo mundo e mais países quebrem patentes de seus caros medicamentos para tratar a doença. A briga propõe uma questão, afinal, o que vale mais? O direito ao lucro ou o direito à vida?

Página 5

ALCA

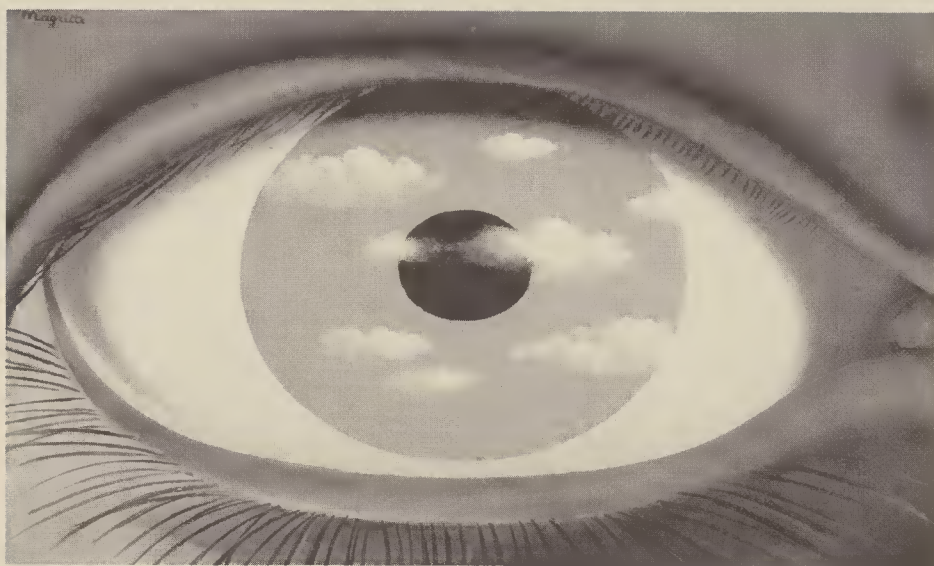
Abril turbulento

Quebec e Buenos Aires sediam, nas próximas semanas, duas reuniões que vão definir os rumos da Alca. As dificuldades serão grandes. Além dos entraves diplomáticos para a implantação do projeto que integra economicamente o continente, representantes dos movimentos sociais estarão promovendo protestos e enfrentamentos que tem tudo para repetir as manifestações de Seattle, Washington e Praga.

Páginas 6 e 7

SOCIALISMO
OU
BARBÁRIE

OPRIMID
CLAM



Da Alca ao emprego público

Nem bem o Congresso terminou e estamos a volta com lutas que passam pela solidariedade entre os trabalhadores das Américas e as questões locais. A pressão dos Estados Unidos para antecipar a Alca diz respeito a todos nós, porque cria um espaço de livre trânsito de mercadorias e capitais e, certamente, levanta mais barreiras para o deslocamento das pessoas. O México aderiu ao bloco e está cada vez mais difícil de um mexicano pisar o solo norte-americano. Esse é mais um motivo para mantermos uma firme resistência ao acordo que traz mais malefícios do que benefícios.

Outra questão premente é a greve conjunta dos servidores públicos federais. Essa luta – longe de ser fácil – deve ser enfrentada, pois, na busca de agradar especuladores e agentes financeiros internacionais, o governo FHC penaliza todos os servidores ativos e aposentados. Basta olharmos os países que adotaram o neoliberalismo para observarmos que poucos são

aqueles que ainda não entraram em decadência econômica. A maioria sobrevive a duras penas, incrementando os índices de desemprego e arrocho salarial. É bom lembrar que os Estados Unidos não adotaram o receituário neoliberal e continua sendo hegemônico no mundo, ainda que às portas de uma recessão que eles mesmos não sabem como enfrentar.

Dentro do nosso âmbito, a ameaça do emprego público afeta diretamente os servidores das universidades e dá prosseguimento a um projeto com muitas versões e nenhuma certeza. Esse projeto mostra a visão que este governo tem do ensino superior público, responsável pela produção científica de vanguarda neste País e a garantia de um Estado soberano.

Certamente, nós professores, em conjunto com os outros servidores públicos, saberemos dar a resposta às ameaças feitas por este e outros governos da América Latina, subversivos ao receituário que os organismos internacionais tentam impor.

Bampi presidente da Fapergs

O professor Sérgio Bampi, do Instituto de Informática da Ufrgs, é o novo presidente da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (Fapergs). Até o fechamento desta edição faltava apenas sua nomeação, feita pelo governador do Estado, Olívio Dutra. Bampi recebeu o maior número de votos do Conselho Superior da Fapergs, dia 12 de março, e encabeçou a lista tríplice enviada pela entidade ao governador. A nomeação de Bampi atrasou em função de um compromisso do secretário de Ciência e Tecnologia do Estado, Renato Oliveira, que estava no exterior. Oliveira queria entregar pessoalmente a lista a Olívio. Os outros dois pretendentes ao cargo eram o professor Lívio Amaral, do Instituto de Física, e Regina Zilbermann, da Letras da PUC.

Baseados no Brasil

A área da Base Espacial de Alcântara (Maranhão), habitada desde 1641 por quilombolas e seus remanescentes, está sendo militarizada pelos Estados Unidos. As 312 famílias que vivem no local atualmente não querem ser realocadas. O governo brasileiro pretende reassentá-las em uma região distante de rios, de onde provém sua subsistência. A denúncia foi feita pelo representante do Ministério Público Federal, Marcelo Veiga, no 1º Fórum Social Mundial. Pelo acordo, o governo brasileiro fica proibido de investir o dinheiro obtido com o "aluguel" da área em tecnologia espacial. Além disso, os Estados Unidos têm poder de veto nas negociações entre o Brasil e outros países, envolvendo esse tipo de tecnologia.

Adufrgs promoverá debate sobre a ALCA



A Adufrgs realizou assembleia geral no último dia 15 de março, no auditório da Faculdade de Ciências Econômicas, quando foram aprovados encaminhamentos para as lutas da categoria em 2001. Os professores discutiram, também, questões referentes à declaração do Imposto de Renda e a campanha de mobilização nacional dos Servidores Públicos

Federais (SPFs), que inclui o projeto de emprego público do governo federal. Outro tema abordado no encontro foi a adesão do Brasil à Área de Livre Comércio das Américas (Alca). A Adufrgs decidiu promover um debate público antes da reunião preparatória à terceira Cúpula das Américas, que será realizada de 5 a 7 de abril, em Buenos Aires.

**S B
P C**

CONHEÇA A SBPC!

A Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência é uma entidade civil sem fins lucrativos e sem vínculos políticos ou religiosos, que atua há mais de 50 anos em defesa do desenvolvimento científico e tecnológico do País. Para associar-se a essa entidade considerada a mais representativa Sociedade Científica do País basta acessar o site www.sbpcnet.org.br e preencher o formulário on-line. O pagamento poderá também ser feito através de cartão de crédito. Você passará a receber quinzenalmente,

totalmente grátis, o "Jornal da Ciência", terá descontos especiais nas assinaturas de publicações da SBPC e nas inscrições para encontros promovidos pela entidade, além de receber a cada dois meses a Revista Ciência e Cultura.

Veja abaixo o valor da anuidade e as categorias de sócios:

Profissionais	R\$ 60,00
Sócios de sociedades associadas à SBPC	R\$ 40,00
Estudantes (graduação ou pós-graduação)	R\$ 20,00
Estudante sócios de sociedades associadas à SBPC	Isento do pagamento da anuidade da SBPC

Contate a SBPCRS – e-mail: sbpcrs@ufrgs.br – fones: 227.5529 ou 316.3662

**AD
VERSO**

Publicação
quinzenal
Impressa em
papel Ecograph
75 gramas
Tiragem: 5.500
exemplares
Impressão: Gráfica e
Editora Comunicação
Impressa Ltda.

Produção e Edição
Veraz Comunicação Ltda.
Jornalistas responsáveis
Zaira Machado (RJP 7812)
Paulo Cezar da Rosa (RJP 5808)
Reportagem: Jéferson Assunção, Vanessa
Martins, Wilson Biavatti Sobrinho e Marco
Aurélio Weissheimer
Ilustrações: Mario Guerreiro
Diagramação: Fabrícia Osanai

Diretoria

Presidente: Rubens Weyne;
1º Vice-Presidente: Marilene Schmarczek;
2º Vice: Félix González;
1º Secretário: Mário Wrege;
2º Secretária: Daniela Fialho;
1º Tesoureiro: Edson Lindner;
2º Tesoureiro: Vanderlei Carraro;
1º Suplente: Tatiana Montanari;
2º Suplente: Carmem Lucia Bezerra Machado

Adufrgs
ASSOCIAÇÃO DE DOCENTES DA UFRGS

Seção Sindical do ANDES-SN
Rua Otávio Corrêa, 45 Porto Alegre/RS
CEP: 90050-120 Fone/Fax: (051) 228.1188
E-mail: adufrgs@portoweb.com.br
Home Page: <http://www.adufrgs.org.br>

ANDES-SN

20º Congresso define plano de lutas

O 20º Congresso Nacional da Andes, que ocorreu de 15 a 20 de fevereiro no Rio de Janeiro, aprovou um calendário de lutas da categoria, que prioriza a unidade dos movimentos sociais na construção de alternativas econômicas e políticas para o País. O objetivo é superar as condições adversas que inviabilizam políticas públicas realmente voltadas para as necessidades fundamentais da classe trabalhadora, como saúde e educação, entre outras. O documento também propõe medidas e ações, no campo da educação, que dão consequência aos encaminhamentos do Encontro Nacional Unificado da Educação.

Eixos de luta:

- Retomada imediata dos trabalhos da Comissão Nacional de Mobilização, em Brasília.
- Todo empenho de nossas Seções Sindi-

cais para, até fins de março, obter dos Conselhos Universitários posicionamentos contrários à proposta de Emprego Público, enviando documentos e relato de atos relacionados a esses posicionamentos para a Secretaria da Andes-SN.

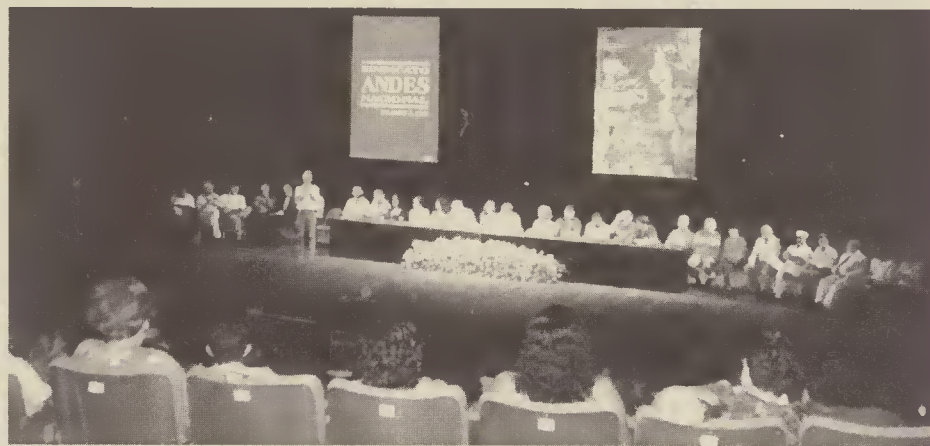
- Continuidade da coleta de assinaturas ao abaixo-assinado contra a PEC 136, que trata da contribuição dos aposentados para a Previdência Social.

- Indicativo de Dia Nacional de Luta com paralisação e lançamento da Campanha Salarial dos Servidores Públicos Federais (SPF), em dia 28 de março.

- Movimentos de Greve no Setor da Educação e retomada da Greve dos SPF

- Participação na construção do Dia de Protesto, com paralisação e manifestação, organizado pela CUT Nacional, em função da postura do governo na questão do FGTS, dia 4 de abril.

- Participação nas atividades do Calen-



Solenidade: líderes dos movimentos sociais, partidos políticos e sindicatos prestigiaram congresso que marcou os 20 anos da Andes-SN

dário de Lutas programadas para Brasília, que incluem: 04/abril – às 10 horas, reunião do Setor das Federais, com participação de docentes da carreira de 1º e 2º Graus; 05/abril – Marcha sobre Brasília em defesa do Serviço Público e da Educa-

ção; 06/abril – Continuação da Reunião do Setor das Federais; 07/abril – Plenária dos SPF que vai debater o Plano de Lutas, Campanha salarial e análise do indicativo de retomada da Greve Nacional Unificada do SPF para a primeira quinzena de maio.

* aprovada no 20º Congresso do ANDES-Sindicato Nacional

Carta do Rio de Janeiro*

O 20º Congresso do ANDES-Sindicato Nacional reunido na Universidade do Estado do Rio de Janeiro, entre 15 e 20 de fevereiro de 2001, com a presença de 324 delegados e 46 observadores foi inaugurado com a presença de amplos setores dos movimentos sociais, dos sem terra aos povos indígenas, do movimento negro às sociedades científicas e com a destacada presença das entidades sindicais da área da educação, da Central Única dos Trabalhadores e de partidos políticos do campo da oposição ao governo federal.

A unidade na luta contra as políticas neoliberais que manifestam sua perversidade máxima em países onde as desigualdades estruturais são maximizadas pela exploração brutal dos trabalhadores, inclusive por meio do ignominioso trabalho infantil foi a tônica do pronunciamento das manifestações dos nossos companheiros de luta social.

Os representantes dos diversos movimentos proclamaram claramente que movimento social e universidade têm a mesma luta. O programa político aqui expressado coloca tarefas de articulação nacional e internacional com o objetivo de promover o enfrentamento à ditadura das políticas que exacerbam o mercado e aniquilam os direitos e as necessidades das populações. Presenciamos o fortalecimento da resistência às organizações internacionais como o Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial, a Organização Mundial do Comércio. Seattle, Praga, o Fórum Social Mundial demonstram o aprofundamento da luta e o internacionalismo, ainda que com formas muito variadas, lutas e sentimentos que anunciam que "um outro mundo é possível" a partir da unidade dos trabalhadores. Coloca-se como tarefa para nosso sindicato a inserção nas redes de solidariedade internacional (Rede Sepa, Aliança Social Continental) e a construção do dia 20 de abril como dia continental de luta contra a subordinação da educação aos ditames das zonas de livre comércio.

O cenário nacional desenhado pela derrota do governo nas eleições municipais de 2000 coloca para o campo popular tarefas novas e renovadas. O combate ao ajuste neoliberal do Estado e à Lei de Responsabilidade Fiscal - instrumento utilizado pelo FMI para monitorar todas as esferas do Estado foi definido como eixo fundamental. As prefeituras eleitas pelo campo da oposição encontram-se fortemente limitadas e por isso os movimentos partidários e sociais devem manter sua mobilização para alterar essa brutal correlação de forças, lutando para impedir que o sistema de

alianças que sustenta a coalizão no poder seja recomposta. Como parte da ofensiva de organismos internacionais e das classes representadas pelo governo FHC contra os direitos sociais do trabalho, o executivo tenta apressar, no Parlamento, a votação das propostas governamentais de aniquilamento dos direitos dos trabalhadores atingindo os direitos dos trabalhadores da esfera privada (modificação da legislação trabalhista) e da esfera estatal (ampliação do processo de celetização, emprego público, destruição do Regime Jurídico Único). Em decorrência dos compromissos assumidos com o capital financeiro, a seguridade social pública é violentamente atacada com o propósito de ampliar a esfera privada dessa seguridade. A agudização e a radicalização da condição capitalista dependente da economia brasileira criam obstáculos terríveis à autonomia da nação com repercussões na área de C&T. Na divisão internacional do trabalho engendrada pelas organizações internacionais (FMI, BM, OMC, G-7, OTAN), os países periféricos estão relegados à condição de consumidores de tecnologia como atesta a situação mundial das patentes. Esse processo foi acentuado pelo desmonte dos centros de pesquisa das antigas estatais.

O 20º Congresso reconhece a necessidade de aprofundar a crítica ao projeto de universidade em curso, em especial o seu afastamento em relação aos movimentos sociais e ao conjunto da sociedade brasileira. O processo de atrelamento da C&T às necessidades das multinacionais evidencia claramente a distorção dos objetivos próprios desta instituição. A universidade não pode ser gerida na perspectiva administrativista e concorrencial, não pode ser reduzida a um mero balcão de pesquisas. Ela deve afirmar seu compromisso com o conjunto da sociedade que a sustenta. As formas de sua democratização, tanto da gestão, quanto do acesso, colocam tarefas ainda mais importantes. Uma universidade democratizada é uma universidade que se coloca na perspectiva do social, do trabalho com a sociedade e não com uma parte dela.

O 20º Congresso acentua a necessidade de luta em defesa do Regime Jurídico Único, da Carreira Docente Unificada e do padrão unitário de qualidade. Rejeita as tentativas de subordinação da universidade à lógica das medidas neoliberais e declara sua firme intenção de resistir diante dos ataques que o governo sinaliza contra as condições de trabalho nas Instituições Públicas Federais de Ensino Superior e sinaliza que esse projeto será estendido aos conjuntos dos estados salvo naque-

les em que esse projeto já se encontra em fase de implementação. Ampla liberdade de organização sindical e da liberdade de expressão e de ensino. A universidade deve expressar a diversidade existente no real e não eliminar as diferenças reais. A tarefa dos docentes é, cada vez mais, a defesa dos interesses da maioria da sociedade, das classes trabalhadoras.

Em consonância com as avaliações dos movimentos sociais presentes ao Congresso, o plano de luta do Sindicato aponta para a necessidade do fortalecimento da Coordenação Nacional das Entidades dos Servidores Públicos Federais e das lutas unificadas. A pauta unificada centrada na luta pela reposição salarial, pelo pagamento da correção do FGTS, pela realização dos concursos no Regime Jurídico Único e contra o projeto de emprego público, contra a privatização da previdência social dos servidores públicos e pelos direitos de representação sindical, as campanhas salariais e a luta pela democratização das Instituições Estaduais de Ensino Superior, a luta contra as tentativas de privatização dessas instituições, contra a extensão no âmbito estadual das propostas de emprego público, as campanhas salariais e a luta pela democratização das Instituições Particulares de Ensino Superior, tudo isso expressa a opção de enfrentamento ao conjunto das políticas neoliberais de FHC e de seu sistema de alianças. Na mesma linha se coloca o reforço às lutas internacionais contra essa mesma política em âmbito internacional e, em especial, a luta contra a mercantilização da educação tal como proposta pelo Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional e Organização Mundial do Comércio. O Congresso reafirma a luta contra o intervencionismo das grandes potências, em especial, contra o Plano Colômbia.

O Congresso declara a necessidade de ampliar o debate com todas as formas de expressão do conhecimento e conclama a todos – docentes e não docentes – a atuarem no sentido da construção de uma nova sociedade. Ao apagar as diferenças, ao eliminar o divergente, caímos na ditadura do pensamento único, esterilizamos nossa capacidade de atuar como sujeitos dessa transformação social que se faz necessária.

Por fim o Congresso se colocou o desafio do permanente processo de democratização interna e de compromisso com a Sociedade. O 20º Congresso reafirma sua bandeira. A universidade e os movimentos sociais devem atuar juntos e colocar a palavra de ordem de superação da ordem do capital.

Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 2001

Carta aos professores das Universidades Brasileiras

Este documento foi escrito e distribuído por um grupo de professores que se opõem à conduta da atual diretoria da Andes-SN e, por isso, se retiraram em protesto do 20º Congresso Nacional da entidade

Entre 15 e 20 de fevereiro deste ano realizou-se, no Rio de Janeiro, o 20º Congresso da Andes-SN, marcado por uma série de fatos que exigem uma profunda reflexão de todos nós.

Nosso congresso foi dominado por tal grau de dogmatismo fundamentalista que um grupo de 73 participantes de 20 universidades sentiu-se sem condições políticas de permanecer em um evento que se limitava, em muitos momentos e em questões centrais, a homologar as posições majoritárias defendidas pela diretoria da Andes, sem real discussão do conteúdo das propostas vindas das bases do movimento docente. O que se assistiu, em especial na tarde do dia 20 de fevereiro, durante a plenária final do Congresso, foi o atropelamento sistemático dos debates e o impedimento da expressão plural de idéias divergentes, orquestrado pela mesa condutora dos trabalhos, intransigente e autoritária. Em protesto, aqueles docentes retiraram-se simultaneamente da plenária, à qual informaram, do microfone, os motivos que os levaram a tomar tal atitude, serena e estritamente política. O presente documento cumpre o papel de levar estes fatos e algumas de nossas opiniões ao conhecimento de um conjunto maior de professores universitários.

Neste momento, em que a universidade brasileira enfrenta talvez a sua maior crise, diferentes visões disputam a hegemonia do pensamento na sociedade.

De um lado, o governo federal e seus aliados pensam a universidade como estratégica para o desenvolvimento do capital, a partir de uma ótica que aceita e implementa a integração subalterna do Brasil a um processo de globalização centrado no privilegiamento das economias centrais, relegadas as nações ditas 'em desenvolvimento' à condição de mercados em disputa. Acreditam os fiéis seguidores das cartilhas do FMI e do Banco Mundial que, nesses países, a existência de uma Universidade crítica, criativa e produtora de conhecimentos seria um luxo desnecessário e até contraproducente, dada sua potencial capacidade de aí alavancar a independência científica e tecnológica. Essa é a visão e são essas as forças que têm comandado a fragilização progressiva, a drástica deterioração que assola o sistema de universidades públicas brasileiras. As reformas constitucionais do Estado – especialmente a da Previdência e a da Administração Pública, já promulgadas, acarretaram, ademais, um conjunto de efeitos de largo escopo no estatuto do funcionalismo público, com repercussões daninhas na profissão docente.

Do outro lado, estão os que se situam no campo democrático e popular, opondo-se pois frontalmente a essas posições. Nesse campo, como é natural, há variadas opiniões quanto à forma, ao conteúdo, às alianças e ao momento de se levar adiante aquela oposição; no movimento docente, duas perspectivas fortemente dispares têm se contraposto.

A atual direção da Andes-SN – composta por integrantes da corrente Andes-AD –, embora bastante não homogênea internamente, tem sido, na prática, hegemonizada por uma linha que considera a universidade como uma das principais trincheiras para a derrubada do governo e para a internacionalização da luta pela derrocada do capitalismo. Daí decorre que a amplitude das tarefas a serem enfrentadas pressupõe que se dê máxima prioridade à unidade do conjunto dos trabalhadores – mundial e nacionalmente; é imperativo, pois, secundarizar as eventuais especificidades que os separem, relativizar as nuances de cada categoria. Não é por outra razão que, segundo esta concepção, deve-se, em particular, esmaecer as distinções entre o trabalho docente e o dos demais funcionários públicos federais. Os traços de identidade que distinguem uns dos outros devem ser ideologicamente diluídos, senão dissolvidos. A síntese deste

projeto é expressa no plano de lutas vitorioso no 20º Congresso da Andes: greve geral conjunta com os servidores públicos federais, por um reajuste linear de 75%.

Há, todavia, um expressivo contingente de professores universitários que não aceita esse enfoque, a seu ver descolado da realidade, das possibilidades concretas do fazer político, e que, além disso, encerra um equívoco de conteúdo. Consideram eles que é vital abordar a complexa problemática das reformas do Estado, entre outras, a partir dos parâmetros específicos – de pesquisa, ensino e extensão – decorrentes de sua condição de docentes, buscando alianças na sociedade civil, para realizar um amplo movimento de salvação de nossas universidades públicas – patrimônio da sociedade indispensável à construção da soberania nacional. Deste ponto de vista, não é possível contrapor mecanicamente a luta – geral, coletiva e unitária – por uma sociedade mais justa às batalhas específicas que podemos e devemos travar por um ensino gratuito e de qualidade, estratégico para o desenvolvimento tecnológico e social do País; batalhas essas que, muitas vezes, terão que ser talvez só nossas, únicas, isoladas, e nem por isso – muito pelo contrário – contribuirão menos para a conquista da cidadania plena para todos. Os defensores destas idéias fundaram, no 20º Congresso da Andes-SN, uma corrente política – a Ande-Sind, aberta a todos os simpatizantes.

O convívio democrático entre as várias posições existentes, no movimento docente, deveria ser permeado pelo reconhecimento mútuo das possibilidades de contribuição de cada qual para o combate às políticas neoliberais vigentes e, acima de tudo, pelo respeito à diversidade de pensamento, à diferença.

Infelizmente, porém, o diálogo tem sido, já há algum tempo, inviabilizado pelo extremado grau de sectarismo imprimido à corrente Andes-AD por um grupo político que dela faz parte e em cuja direção influi incisivamente. Este grupo – que convidou seus seguidores para uma reunião paralela dentro do 20º Congresso da Andes – se caracteriza por posições muito claras no espectro partidário nacional; uma delas, por exemplo, é a que desqualifica a direção da CUT – à qual a Andes-SN é filiada, classificando sua atuação como 'pelega', ao longo dos últimos anos.

Essas dificuldades atingiram uma escalada sem precedentes durante a greve de 1998, quando o comando nacional de greve, em muitas ocasiões manobrado pelo segmento da Andes-AD a que nos referimos, adotou a tática de eleger como foco principal da ação política a construção da greve dos servidores públicos, relegando a uma prioridade menor as lutas por salários dignos para os professores das Ifes, por melhores condições de trabalho e pelo avanço do projeto de universidade elaborado pelo movimento docente – fundamental para a conquista de uma ordem social mais igualitária. As consequências foram desastrosas: perdemos o momento de negociar – a partir de uma posição de força – ganhos concretos para os docentes, sem o comprometimento decorrente da imposição da GED, ponta de lança de um processo ideológico de transformações que hoje passa pela proposta de emprego público do governo, entre outras. Deixamos de aproveitar, assim, a oportunidade real de obter conquistas objetivas para os docentes, inclusive no que se refere a uma proposta de carreira unitária para os professores da educação básica e superior, ativos e aposentados. Foi sistematicamente retardado o envio, para análise pelas Assembléias Gerais, de propostas alternativas de negociação enviadas por diversas ADs. Esta linha política levou o movimento docente a ficar prisioneiro de uma reivindicação dogmática por reajuste linear, no afã de, mais uma vez, buscar a unificação da luta com os servidores públicos que, infelizmente, não conseguiram, naquele momento, articular a greve con-

junta. Isso nos colocou na posição irrealista de salvadores da pátria, solitários e impotentes responsáveis pelas conquistas de todas as categorias do serviço público.

A partir desses fatos o acirramento tornou-se cada vez mais explícito, permeando temas essenciais, como GID, carreira e emprego público.

Quanto à GID – Gratificação de Incentivo à Docência para professores de 1º e 2º graus – a paralisa da direção atual da Andes, que se recusa a acompanhar sua regulamentação, resultou na promulgação de uma lei que prejudica ainda mais este nosso segmento, sem que qualquer contraditório tenha sido explicitado por nosso Sindicato no âmbito do Congresso Nacional.

No tocante à carreira e ao emprego público, são igualmente marcantes as diferenças.

Nós defendemos a tese de que o embate central, neste momento, diz respeito à discussão de estratégias de enfrentamento da proposta governamental, que pretende alterar o nosso regime de trabalho, de estatutário para CLT. Dentro dessa perspectiva, há questões da maior importância que precisam ser socializadas e debatidas pelo conjunto dos professores universitários brasileiros: devemos – ou não – proceder à eventual revisão da proposta de Carreira Única da Andes-SN, em alguns de seus aspectos, tais como regras de transposição, piso e malha salarial?; devemos – ou não – reivindicar a adoção de Carreira Típica de Estado para os docentes federais, a exemplo dos pesquisadores do CNPq, museólogos e outras categorias, que conseguiram ser incluídas na regulamentação da emenda da Reforma Administrativa?; é o momento – ou não – de argüir o postulado de um regime jurídico de Universidade Pública para as Ifes, com a conseguinte carreira específica desse novo ente jurídico, carreira esta construída longe do abrigo da proposta de emprego público e da celetização das relações de trabalho nas Ifes?

Insensível ao momento atual e ao complexo de temas decisivos que o mesmo impõe ao movimento docente, o 20º Congresso da Andes rejeitou liminarmente abrir o debate sobre a carreira docente e a questão da Carreira Típica de Estado, preferindo, ainda outra vez, carrear todas as energias existentes para uma campanha salarial conjunta com os servidores públicos federais, por um reajuste linear. Tais deliberações nos deixam lamentavelmente desarmados na luta contra o projeto de emprego público do governo FHC.

Divergências, entretanto, são próprias do processo político. O que vem sendo progressivamente golpeado – e este sim é um erro fatal e inaceitável – é o pressuposto do amplo debate necessário à expressão plural de opiniões, da garantia de espaço para o cotejamento dos vários posicionamentos aprovados pelas bases. Propostas vindas de Assembléias Gerais de várias Associações de Docentes têm tido sua apresentação ao conjunto de delegados sumariamente impedida. O burocratismo formal tem por vezes acobertado e legitimado práticas surpreendentemente autoritárias; não tem sido sequer sustentada a abertura sistemática de inscrições que permitam igual oportunidade de defesa das distintas posições.

Essa foi a tônica do 20º Congresso. O que nos levou a sair coletivamente da plenária, portanto, foi a impossibilidade de ao menos externar os argumentos que levaram os docentes a enviar propostas relativas a temas fundamentais para a universidade. A dura atitude política que assumimos pretendeu e pretende abrir o debate sobre a essencialidade do respeito à diferença e às minorias, da aceitação da contraposição de idéias, da convivência das forças que, apenas juntas, poderão fazer frente aos difíceis desafios que a Universidade brasileira hoje enfrenta.

AndeSind, Rio de Janeiro, 20 de fevereiro de 2001.

GENÉRICOS

À margem da discussão sobre o direito dos pacientes de Aids ao tratamento ou o da indústria farmacêutica aos lucros, um dado importante se impõe. No caso do Brasil, se o País não estivesse fabricando medicamentos genéricos para tratamento da Aids, como vem fazendo desde 1996, não teria poupado as milhares de vidas que conseguiu, comprovadamente, poupar na última década.

Direito ao lucro x direito à vida

Foi driblando a indústria farmacêutica internacional e apostando na prevenção, que o Brasil deixou para trás as estatísticas e chegou em 2001 com a metade dos casos de Aids prevista para o País há dez anos. As estimativas eram de que em 2001 o Brasil teria 1,2 milhão de portadores de HIV. Hoje, tem cerca de 600 mil (100 mil desenvolveram Aids). "Há uma década que o Brasil tem ficado praticamente isolado em sua experiência de tentar fazer e distribuir gratuitamente coquetéis para os portadores do vírus", lembra Jair Ferreira, professor de epidemiologia da Ufrgs.

O fato é que o coquetel com 14 remédios (o Brasil produz genéricos de mais da metade deles) começou a dar um impacto na doença. "As pessoas que antes pegavam Aids podiam esperar um ou dois anos em péssima qualidade de vida, sofrer bastante e morrer. Agora, quando uma pessoa que descobre que está com Aids entra em tratamento, e a regra geral é ficar bem de saúde", diz. Contrariando as leis do mercado e aproveitando a brecha de um artigo do Tratado Trips da Organização Mundial do Comércio (OMC), o Brasil produz desde 1996 esses medicamentos genéricos. O primeiro foi o AZT.

Ferreira lembra que, mesmo com essa política, o Brasil vive mergulhado numa epidemia que causa de 22 a 23 mil novos casos de portadores de HIV por ano, o que dá uma dimensão das proporções que a epidemia teria caso não houvesse a quebra de patentes. "O custo médio do tratamento por pessoa é de R\$ 650,00 por mês. Para tratar todos, precisamos de uma fortuna: quase R\$ 7,8 mil por ano, ou seja: R\$ 800 milhões de reais. Com mais algumas despesas que existem, este custo não fica por menos de R\$ 1 bi. Se não houvesse essa quebra, já estaríamos com um custo de R\$ 1,7 bi", fala. Outra coisa: para tratar a Aids, o governo acaba remanejando dinheiro de outras áreas. "Esse tratamento caro requer atenção do Estado em detrimento de outros agravos no Brasil. E temos muitas outras doenças que devem ser tratadas, como diabetes, câncer, hipertensão. Doenças de uma população que está envelhecendo", lembra o médico.

O assunto é polêmico. Tereza Dalla Costa, professora de Farmacocinética da Faculdade de Farmácia da Ufrgs, tem dúvidas quanto à validade da quebra de patentes de medicamentos para a Aids. Ela argumenta que os laboratórios gastam muito dinheiro em pesquisa e que a venda dos remédios é a única forma de eles obterem retorno. Além disso, essa mecânica garantiria a própria continuidade de pesquisas. Sem vantagens financeiras, a indústria farmacêutica poderia abandonar linhas de pesquisa como essa. "Há uma política internacional que diz que os fabricantes têm um determinado período para explorar os direitos exclusivos de sua fórmula, tempo em que tiram seus gastos e lucram com o produto", defende Tereza. Outra questão apontada por ela é que todos os medicamentos são importantes para os portadores das mais diferentes doenças e que, nem por isso, para tratá-los os governos têm quebrado patentes. "Agora, para tratar a Aids, vamos quebrar? Temos que pensar sobre isso. Então, este é um problema mais de política do que de saúde. As grandes empresas não vão abrir uma exceção para os medicamentos contra a Aids, porque há esses altos investimentos em pesquisa", aponta.

Para Jair Ferreira, a decisão de tratar a Aids com mais ênfase decorre da magnitude da doença, que atinge, em geral, uma faixa etária jovem da população. "É muito mais grave termos 23 mil novos casos

Ferreira: "É muito mais grave termos 23 mil novos casos de Aids em pessoas com idade entre 20 e 30 anos do que 23 mil casos de câncer em pessoas com 70"

Brasil e a cultura da camisinha

O combate à Aids está dando certo no país com a ajuda da própria cultura do brasileiro e sua naturalidade para tratar assuntos relacionados ao sexo. "Somos um dos poucos países do mundo em que se fala abertamente de camisinha na televisão. Quando a gente sai do Brasil é que se dá conta de que no Brasil falar sobre sexo ficou banal. Isso acaba criando uma cultura. Todas as campanhas têm sido muito criticadas, mas no conjunto elas têm conseguido alguma coisa: o consumo de camisinha subiu, tem mais gente usando, o pessoal jovem usa mais. Foi-se criando a cultura do preservativo", lembra o professor.

Mas a desinformação é ainda o principal inimigo. Tanto entre quem não tem o HIV positivo quanto quem já desenvolveu Aids. Recentes matérias em revistas de grande circulação apontam para uma corrente de cientistas que negam que o vírus seja causador da doença. O resultado é que, no desespero, muitas pessoas acabam abandonando o tratamento ao ler essas matérias. "Essa teoria é mentirosa. Afirmam que não tem nenhum estudo que quem tem HIV positivo tem expectativa de vida diminuída em relação aos que não tem. Isso é mentira, há centenas de pesquisas mostrando isso. Dizem que não há nenhum trabalho mostrando que os que tomam os remédios tenham uma maior expectativa de vida: há centenas de trabalhos mostrando isso. As pessoas que falam isso não têm qualificação. Como tudo que é fantasioso vira notícia, eles ganharam muito espaço", reclama Ferreira. Mais grave é que as pessoas que largam o tratamento ficam pressionando os outros pacientes para que deixem de tomar medicamentos. "Tem um certo componente criminoso nisso", denuncia.

de Aids em pessoas com idade entre 20 e 30 anos do que 23 mil casos de câncer em pessoas com 70. É bem diferente a morte de uma criança do que a morte de uma pessoa com 75 ou 80 anos. Uma já viveu toda a vida, cumpriu seu ciclo biológico, a outra teria toda a vida para viver e não viveu. A Aids rouba muitos anos de vida", defende. Ele lembra o caso da África, em que a epidemia, que chega a atingir de 25 a 30% da população de determinados países, acaba com a força produtiva e criativa desses povos. "Atinge a população mais jovem e produtiva", explica.

Esse fato reforça a importância da posição do Brasil

como modelo para os países pobres na questão do combate à Aids. A presidente do Grupo de Apoio e Prevenção à Aids (Gapa-RS), Célia Ruthes, afirma que o Brasil não está fazendo nada de ilegal ao produzir os medicamentos. Está apenas aproveitando uma ressalva existente no próprio tratado Trips da OMC, que poderia ser utilizada por outros. O problema é que os demais países preferiram seguir as orientações da OMC, apesar de o tratado dizer que os países que passam por epidemia podem quebrar patentes e fazer genéricos. "É este o caso", afirma Célia. O que está ocorrendo é que, com o crescimento das epidemias de Aids e a ameaça de um maior número de países de quebrarem patentes, a indústria farmacêutica quer rever o próprio tratado. "O problema todo está em tratar os medicamentos como mercadoria ou direito dessas pessoas. Eles são necessários para que elas se mantenham vivas. É como foi dito uma rádio esses dias: não tratar esses doentes é como cometer uma espécie de eugenia. O poder econômico está sobrepujando o direito à vida", explica.

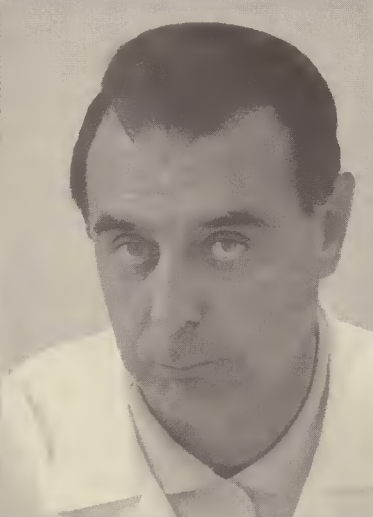
De um ano para cá, como a doença continua a se alastrar pelo mundo, outros países recorrem à experiência brasileira para tentar diminuir os casos em suas populações. É o que vem ocorrendo na África, que tem hoje 25 milhões de pessoas portadoras do HIV, aproximadamente três quartos do total mundial desses doentes. No entanto, apenas 0,01% pode pagar pelas drogas feitas pelos grandes laboratórios. A África do Sul é o país com o maior número de portadores do HIV do mundo: 4,2 milhões de pessoas. Diante do aumento da epidemia e dos constantes aumentos de preços dos remédios passou a buscar alternativas para baratear os altos custos do tratamento à doença. Brasil e Índia fabricam versões genéricas de parte dos remédios dos coquetéis antiretrovirais a um custo de US\$ 3 mil por paciente por ano (esse valor pode chegar a US\$ 1 mil). A Índia está conseguindo fazer remédios a US\$ 600,00 e oferece à organização Médicos Sem Fronteiras a US\$ 350,00. São preços muito abaixo dos praticados nos países ricos, em que cada paciente precisa arcar com um custo de US\$ 10 mil a US\$ 15 mil por ano.

"Vida acima dos lucros"

O slogan de manifestantes sul-africanos, em protesto dia 5 de março em Pretória, capital do país, contra as gigantes da indústria farmacêutica, escancara um problema que ultrapassa as instâncias comerciais e chega ao campo da Ética. De um lado, a indústria quer manter o direito de patente sobre as fórmulas de medicamentos de combate à Aids. De outro, milhões de doentes sem condições financeiras precisam desses remédios para se manterem vivos. Cheia de episódios dramáticos, a luta dos doentes pelo tratamento teve um capítulo que emocionou o mundo no final do mês de fevereiro.

O padre Angelo D'Agostino, diretor do Orfanato de Nyumani, em Nairóbi, no Quênia, desafiou as megaindústrias – a maior é a norte-americana Glaxo – ao importar medicamentos da empresa Cipla, da Índia, a US\$ 350,00/ano. As drogas dos grandes laboratórios custavam para o orfanato US\$ 3 mil anuais. Com a iniciativa, o padre, que disse estar farto de fazer enterros de crianças, poderá passar a tratar a todas as 71 crianças do orfanato, ao contrário das apenas 12 que hoje recebem os medicamentos. É mais um caso, dos muitos que devem se alastrar pelo mundo, de pessoas que desafiam as leis do comércio jogando em favor da vida dos doentes.

Cristina Lima



ALCA

Abril turbulento

Têm datas e locais marcados os próximos confrontos entre representantes do liberalismo econômico e movimentos sociais. Em 20 de abril, Quebec recebe a terceira Cúpula das Américas, onde chefes de governo e de Estado de 34 dos 35 países do continente estarão definindo o futuro da Alca. Duas semanas antes, em Buenos Aires, uma reunião ministerial tentará acertar a "sintonia fina" para o encontro do Canadá. Serão dias turbulentos. Do lado de fora, o embate é com os manifestantes, que prometem repetir as cenas vistas nas ruas de Seattle, Praga, Washington, Nice e Davos. No conforto do ar-condicionado, a divergência é entre os que querem a antecipação da zona de livre comércio para 2003 e os que exigem o cumprimento do calendário acertado na última reunião da Cúpula: só para 2005.

Wilson Biavatti Sobrinho

Se por divergências diplomáticas já estava difícil fechar um acordo com relação aos termos de implantação da Alca (Área de Livre Comércio das Américas) e à data em que o acordo passa a vigorar, mais um fator político deve entrar em cena no próximo mês. No momento em que presidentes de 34 países americanos (todos à exceção de Cuba) sentarem-se à mesa para a inauguração oficial da terceira Cúpula das Américas, no dia 20 de abril, em Quebec, na Canadá, muito gás lacrimogêneo já terá sido usado contra manifestantes de ONGs, sindicatos, movimentos sociais e partidos políticos contrários à ênfase econômica da globalização.

Os ativistas começam as ações em Buenos Aires, na reunião preparatória à de Quebec, com ministros da área econômica dos países envolvidos, em 7 de abril.

Na capital portenha, as manifestações mais radicais devem partir de duas organizações anticapitalistas: Bloqueio à Alca e Primavera de Praga, esta última criada como apoio ao boicote à última reunião semestral do FMI e Banco Mundial (Bird), em Praga, na República Checa, em setembro passado.

Além delas, encabeçado pela principal central sindical do país (Central de Trabajadores de Argentina), um comitê de mobilização contra a Alca foi formado e já reúne mais de 50 entidades.

Falta consenso

Segundo Chistian Castillo, professor de Sociologia na Universidade Nacional de La Plata (UNLP) e na Universidade de Buenos Aires (UNB), há divergências entre os manifestantes quanto ao caráter dos protestos. O Comitê de Mobilização "está preparando uma manifestação de rua para o dia 6 de abril, mas não concorda com o bloqueio da reunião" como pretendem os integrantes de Bloqueio à Alca e Primavera de Praga. A expectativa, de acordo com Castillo, é que dezenas de milhares de trabalhadores, estudantes e desempregados participem das manifestações.

Apesar da rodada da Argentina não contar com a presença de chefes de governo e estado, os embates nas ruas não serão esvaziados, diz o sociólogo, "ainda mais levando em conta que a situação política na Argentina leva a este sentido".

Para Castillo, que em 1999 esteve preso no México por "prestar solidariedade" ao grevistas da Universidade Nacional Autônoma do México, nem Alca nem Mercosul são soluções para a América Latina. "A Alca multiplica as condições de submissão de nossos países ao domínio norte-americano(...)" o Mercosul foi constituído

a partir do interesse de grandes empresas transnacionais".

Tanto o Comitê de Mobilização contra a Alca quanto os movimentos Primavera de Praga e Bloqueio à Alca já estão organizando debates e reuniões preparatórias. A mobilização deve tomar as ruas duas semanas antes do encontro ministerial, no dia 24 de março, quando os movimentos sociais e sindicais estarão relembrando os 25 anos do golpe de estado que levou os militares ao poder na Argentina.

Primeiros socorros

Os protestos contra a reunião de Quebec serão pulverizados por todo o Continente. Uma agenda de mobilização detalhada na página de Internet dos organizadores do protestos (www.a20.org) dá conta de que haverá manifestações e atividades preparatórias em pelo menos em 48 cidades – a grande maioria nos EUA. Muitas contam com duas, até três datas diferentes.

O nível de organização dos ativistas não pode ser desprezado. Em um dos encontros pré-Quebec, na cidade de Ithaca, no Estado de Nova Iorque (EUA), uma associação médica estará recrutando voluntários para atendimento de primeiros socorros aos possíveis feridos nos confrontos durante a Cúpula.

Assim como nas manifestações de Buenos Aires, não há consenso de ação para Quebec. Enquanto os manifestantes ligados ao A20 pensam em enfrentar a polícia para bloquear o acesso dos chefes de Estado às reuniões, outros setores querem ações políticas em lugar dos confrontos.

AAttac (Ação pela Tributação das Transações Financeiras em Auxílio aos Cidadãos) de Quebec está propondo uma marcha pacífica até a cidade de Ottawa para pedir aos ministério de Relações Exteriores e de Comércio Exterior os documentos produzidos até agora sobre a Alca. "Trataremos de obter os documentos de maneira não-violenta", aconselha um documento divulgado pela entidade em fevereiro. Até agora os documentos de preparação à Alca são mantidos em um estranho, para não dizer suspeito, sigilo.

A exemplo do Fórum Social Mundial, a Aliança Social Continental – entidade idealizada em uma reunião de movimentos sociais, em 1997, em Belo Horizonte – está chamando para os mesmos dias do encontro canadense, a segunda Cúpula dos Povos das Américas, em Quebec. A reunião, que ocorre de 17 a 21 de abril, será palco de debates de alternativas ao neoliberalismo.

Confronto diplomático

Em Quebec, estarão em disputa duas visões

de integração: a dos que aceitam antecipar o que foi acertado na última reunião da Cúpula das Américas, em 1998, e a dos que nem cogitam a idéia. Entre os primeiros estão o Chile, a Argentina e os EUA. No segundo grupo, praticamente isolado, está o Brasil. "Somos o país mais industrializado (do Mercosul), temos uma preocupação maior com este setor", disse o presidente Fernando Henrique em janeiro, rechaçando a antecipação.

Em entrevistas, Fernando Henrique chegou a resgatar termos típicos da época que pediu para ser esquecida ao subir a rampa do Planalto pela primeira vez. "Ninguém vai permitir que a negociação seja fatiada porque ficaria mais fácil para os poderosos imporem seus interesses", afirmou sobre as insinuações norte-americanas de acolher um possível rompimento no Mercosul nas tratativas da zona de livre comércio.

A Argentina, que através do meteórico ministro da Economia Ricardo López Murphy vinha dando sinais de que buscava uma negociação em separado com os EUA, deve manter a intenção de antecipar o bloco.

Segundo a economista Teresinha Bello, da Fundação de Economia e Estatística (FEE), uma possível explicação para o interesse da Argentina na antecipação da Alca está no buraco econômico em que o país se meteu depois da mudança na política cambial do Brasil em janeiro de 1999. "O Mercosul e a própria economia argentina estavam avançando em parte por causa do Plano Real".

A paridade entre o dólar e a moeda brasileira garantia superávit à Argentina na balança comercial. Hoje, o produto argentino é muito mais caro que o brasileiro, o que faz a vantagem pender para o lado de cá.

Essa alteração no fluxo de capitais deixou a Argentina ainda mais refém de investimentos estrangeiros, por isso o desejo de acelerar a Alca. "Eles devem estar pensando isso vai facilitar a entrada de mais dólares para sustentar o seu modelo de política cambial", afirma Teresinha.

Mas não é apenas a Argentina que preocupa o Brasil. Dono do maior poder político e econômico, os EUA têm se mostrado favoráveis à antecipação. A mais clara demonstração disso é a busca quase obsessiva – mas ainda sem êxito – do presidente George Bush pelo mecanismo da "Fast Track" (via rápida). Com ela, Bush poderia negociar a Alca, apresentando o texto para um Congresso sem o poder de fazer emendas. Os deputados norte-americanos – em sua maioria de oposição a Bush – teriam de sancioná-lo ou vetá-lo na íntegra. A vantagem pretendida é



óbvia: fugir às sempre longas discussões inerentes ao regime democrático, que os norte-americanos tanto alardeiam ter aperfeiçoado.

"Nos sobra o Oceano Atlântico"

Segundo a economista da FEE, a particularidade brasileira de ter um parque industrial mais avançado que o dos vizinhos sul-americanos coloca o país em uma difícil situação. Se assinar o acordo, "algumas indústrias no Brasil vão ser sacrificadas porque o produto dos EUA tem mais tecnologia, mais competitividade". Por outro lado, ignorar a Alca pode significar a quase exclusão do mercado do Continente, um mercado de 800 milhões de pessoas. "E se o Brasil não entra, eles se associam e começam a comprar produtos industrializados dos EUA e do Canadá. Nos sobra o oceano Atlântico."

Uma saída para o Brasil, para ela, poderia estar na costura de um acordo semelhante à Alca, mas entre os países da América do Sul. Seria a Área de Livre Comércio Sul-Americana (Alcsa). "Eu não tenho dúvidas de que, para o Brasil, a melhor coisa que poderia acontecer era a formação de uma Alcsa. Mas não acredito nisso", diz Teresinha. A ressalva vai além. Para ela, um bloco econômico sul-americano isolado seria insustentável a longo prazo pela ausência de um "líder tecnológico".

"O mundo está dividido em três grandes blocos econômicos", explica a economista, "o bloco americano, liderado pelos EUA; o europeu, liderado pela Alemanha; e o asiático, liderado pelo Japão. Todos têm um líder tecnológico, alguns países intermediários e as economias mais atrasadas. Agora, na América do Sul não temos um líder tecnológico. O Brasil é um país intermediário, a Argentina também. Então, esse bloco é insustentável, porque não tem transferência tecnológica".



Integração limitada

A Alca nunca chegará ao nível de integração da União Européia nem mesmo ao que o Mercosul se propõe. O projeto de integração econômica das américas não prevê a livre circulação de pessoas, apenas o fim das tarifas de exportação para os países do bloco e a circulação de mercadorias, serviços e capitais. Quem afirma é a economista Teresinha Bello, da FEE.

Existem quatro níveis de integração (veja quadro). No caso da União Européia, o acordo é chamado de União Econômica, o nível mais alto de integração a que se pode chegar. Nesse caso, além de mercadorias, serviços e capitais, existe uma moeda única circulando entre as economias, além de os trabalhadores terem livre trânsito pelas fronteiras. "Desde quando os americanos querem uma invasão de trabalhadores mexicanos? . Eles nunca vão avançar para um processo em que haja a livre movimentação de mão-de-obra", afirma a economista, colocando em dúvidas o fôlego de integração da Alca.

Ela alerta para as semelhanças entre o projeto da Alca e a realidade do Nafta. É ilusão pensar que a balança comercial vai se tornar favorável só por causa do acordo comercial que expande os mercados, diz. Muitos mexicanos que

eram a favor do Nafta, antes da implantação, segundo a economista, reviram suas posições, porque o acordo "teve outros efeitos que não apenas o aumento das exportações". "O México aumentou também as compras, e com isso, os gastos, a dependência e o desemprego. Se aconteceu com o México é óbvio que vai acontecer com o Brasil", afirma.

Blocos

Segundo a economista da FEE, existem quatro níveis de integração entre mercados:

- Zona de livre comércio: reduz-se tarifas de importação entre os países integrantes, e permite-se a livre circulação de mercadorias, serviços e capitais. É o caso do Nafta, zona de livre comércio que integra Canadá, EUA e México.
- União aduaneira: quando, além dos passos anteriores, os países mantêm uma tarifa externa comum para os produtos importados de fora do bloco.
- Mercado comum, onde além de circular produtos, serviços e capitais, as fronteiras são abertas às pessoas. É onde se encaixa o Mercosul.
- União econômica, é o caso da União Européia. A grande característica é a adoção de uma moeda única.

Criatividade marca atos

Fumando caros charutos e vestindo ternos bem-cortados, Franc Suisse, Dave Dolar e Mark Deutsch caminhavam entre grandes empresários de multinacionais, chefes de Estado e agentes financeiros durante o último Fórum Econômico Mundial, na Suíça. Os nomes sugestivos serviam para ocultar a verdadeira identidade de três manifestantes antiglobalização, que protestavam na pequena Davos. Também serviam para burlar a segurança reforçada que manteve a maior parte dos ativistas a quilômetros da convenção.

Essa história, descrita no jornal inglês The Guardian Weekly, em fevereiro, dá conta da criatividade dos atos que correm o mundo desde o final dos anos 90. Não importa onde sejam marcadas, as reuniões de entidades como Fundo Monetário Internacional, Organização Mundial do Comércio, Banco Mundial – organismos multilaterais que em última análise definem as políticas comerciais e econômicas do Planeta – são seguidas por milhares de manifestantes contrários à globalização neoliberal.

O marco zero foi a "Batalha de Seattle", como ficaram conhecidos os episódios que contribuíram para o fracassado encontro da OMC, em dezembro de 1999. Cinquenta mil pessoas invadiram a cidade para boicotar o encontro, conhecido como a Rodada do Milênio. Feministas

pró-aborto ao lado de camponeses em luta contra os transgênicos, defensores dos Direitos Humanos junto a sindicalistas, estudantes e ativistas ecológicos. Uma babel unificada pelo espírito combativo e percepção de que as mazelas sociais denunciadas têm origem no liberalismo econômico desmedido.

O prefeito de Seattle, Paul Schell, decretou estado de sítio e toque de recolher. Pouco adiantou. Nas ruas, mandavam os manifestantes. Nem mesmo a secretária de Estado estadunidense Madeleine Albright teve acesso ao prédio onde as reuniões aconteciam.

Em abril de 2000, FMI e Bird, em reunião na capital norte-americana, Washington, encontraram mais de 30 mil manifestantes nas ruas. As cenas de Seattle se repetiram. A preocupação com a segurança já começava a entrar na pauta. Um esquema de transporte especial obrigou os delegados dispensarem as limosines para ir ao local do encontro em ônibus. O Coletivo onde estavam o ministro Pedro Malan (Economia) e o presidente do Banco Central, Arminio Fraga, foi cercado por manifestantes, que o balançavam impedindo que prosseguisse viagem. Atrasado, Fraga teve de cancelar um encontro com o secretário do Tesouro dos EUA, Lawrence Summers, e com o presidente do Federal Reserve (banco central dos EUA), Alan Greenspan.

Ingresso pode ser condicionado a plebiscito

A proximidade da assinatura do acordo que vai integrar as fronteiras do continente americano desde a Terra do Fogo até o Alasca está mobilizando o Congresso Nacional. Um projeto de autoria do deputado federal Henrique Fontanta (PT-RS) vincula a integração do Brasil à área de livre comércio a um plebiscito.

A idéia do parlamentar é inspirada na maneira em que grande parte dos países europeus adotaram o Euro, moeda corrente na União Européia. "Nós não podemos permitir que um assunto dessa magnitude seja debatido por três ou quatro ministros e seus assessores diretos nomeados pelo presidente

da República", argumenta.

Fontana diz que a proposta está sendo bem aceita entre os parlamentares. "Setores importantes de partidos, inclusive da base de sustentação do governo, setores de centro e até de centro-direita compreendem que é preciso rediscutir mecanismos de preservação de nosso País. E apoiam a idéia do plebiscito. Nesse momento nós devemos ter mais de 100 assinaturas". Para passar a tramitar no Legislativo, é preciso coletar 170 assinaturas.

Ele acredita ainda que a aprovação do plebiscito fortaleça o Brasil nas mesa de negociações: "O gover-

no pode usar isso como instrumento de pressão".

Fontana não acredita que a Alca garanta igualdade de oportunidades. "O empresário americano paga 1% de juro real ao ano; o empresário brasileiro está pagando 12, 13%, nas hipóteses mais positivas. Se for um pequeno empresário que depende de desconto de duplicata, ele paga 30%", afirma contestando o estado ideal de livre concorrência que os defensores da Alca usam como argumento.

Também assinam o projeto os deputados Aloizio Mercadante (PT-SP), Milton Temer (PT-RJ) e Walter Pinheiro (PT-BA).

CONFERÊNCIA DE HAIA

O fracasso estrondoso da Conferência das Nações Unidas sobre as mudanças climáticas, em novembro de 2000, permite que prossiga o aquecimento da atmosfera. Até uma próxima tentativa de acordo, prevista para ser em Bonn, na primavera de 2001



Agnès Sinaï*

A força dos lobbies industriais

Como muitos temiam, a Conferência de Haia sobre as mudanças climáticas terminou, em novembro de 2000, com um fracasso. As razões desse fiasco devem-se à intransigência dos Estados Unidos e seus aliados (Japão, Canadá, Austrália) – o grupo apropriadamente chamado de guarda-chuva (Umbrella) –, que só reconhecem, no protocolo assinado em Kyoto, em 1997, por ocasião da conferência anterior, os mecanismos de flexibilidade. Uma interpretação das mais liberais à qual, apesar das pressões de Londres, os negociadores europeus, na época dirigidos – sob a presidência francesa da União – pela ministra do Meio Ambiente, Dominique Voynet, se recusaram a assinar, tanto teria ela esvaziado o texto de todo e qualquer significado, graças a uma série de subterfúgios.

Entre esses eless estariam: o recurso ilimitado aos direitos de emissão (os famosos "direitos de poluir"), em vez da redução efetiva das emissões de gases que provocam o efeito-estufa¹ (GES) por meio de políticas nacionais; e uma ampla inclusão das florestas na contabilização dos esforços de cada país, que se traduziria, no final das contas, por um aumento de 12,5% das emissões de GES no hemisfério Norte. Sem contar com as obrigações contratuais, muito imprecisas, das transferências de "mecanismos de desenvolvimento limpo" direcionadas aos países do hemisfério Sul, que poderiam incluir as centrais nucleares. Com o risco de dar às multinacionais do petróleo e outros grandes produtores de energia a possibilidade de vestirem roupas ecológicas, a fim de se beneficiarem de incentivos financeiros públicos para investimentos pouco respeitadores das exigências ambientais.

Um Fundo para o Carbono

Atualmente, esses lobbies estão onipresentes nos bastidores de encontros internacionais, como o de Haia. Os mais numerosos são os grupos norte-americanos, reunidos em frente comum sob a égide da Câmara de Comércio Internacional (CCI). Sua estratégia evoluiu: depois de terem sistematicamente desprezado as negociações sobre mudanças climáticas, as empresas multinacionais reivindicam atualmente uma abordagem mais "construtiva". Por outro lado, empenham-se em obter um uso ilimitado dos mecanismos de flexibilidade inscritos no protocolo de Kyoto. Essa retórica da flexibilidade, assim como a dos subterfúgios defendida pelo grupo Umbrella, é incontestavelmente decorrência da

influência deles sobre os negociadores norte-americanos. A começar pelo comércio de autorizações de emissão: enquanto esse mecanismo, nos termos do protocolo, deve somente entrar em vigor em 2008, a corretagem dessas autorizações é um setor especulativo já em franco desenvolvimento: o montante global desses lucrativos mercados a prazo fixo já atingia 50 bilhões de dólares em 1999, e poderia atingir proporções astronômicas – calcula-se em milhares de bilhões de dólares – daqui a algumas décadas. Daí a antecipação dos mercados, que especulam antes mesmo da implantação do protocolo de Kyoto. O Banco Mundial projetou um protótipo de Fundo para o Carbono, visando a alimentar projetos de implantações industriais nos países do Sul. A Shell e a Mitsubishi, assim como o governo da Holanda, estão entre os primeiros investidores. Em troca, esse Fundo propõe aos investidores – governos e empresas – créditos de emissão a juros baixos. É uma maneira de financiar uma parte dos mecanismos de "desenvolvimento limpo" por meio de uma especulação sobre o gás carbônico.

Especuladores da agricultura

No mesmo sentido, a Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento (Cnuced) foi parte interessada na criação da Associação Internacional de Mercados de Emissões (International Emissions Trading Association), que agrupa protagonistas tais como a Bolsa da Austrália, a International Petroleum Exchange, a Shell, a BP, a Amoco, a Statoil e a Tokyo Electric Power. O objetivo dessa associação – vale notar que esta é essencialmente composta por empresas dos países do grupo Umbrella – é estabelecer um mercado global de emissões, qualquer que seja o futuro do protocolo de Kyoto, e, se for o caso, fora dele. Outros grupos, como a Société générale de surveillance (Empresa geral de Vigilância), Trexler e Associados, Winrock International e Evolution Markets LLS, também entraram na dança. Richard Sandor, da Companhia de Produtos Financeiros Ambientais (Environmental Financial Products Company), expõe seu projeto da seguinte maneira: "Nosso objetivo é fazer convergir mercados de capitais e mercados ambientais." Aos mercados de emissões se anexarão os de produtos derivados, e os fundos especulativos de alto risco (*hedge funds*) se juntarão a essa nova economia de cassino.

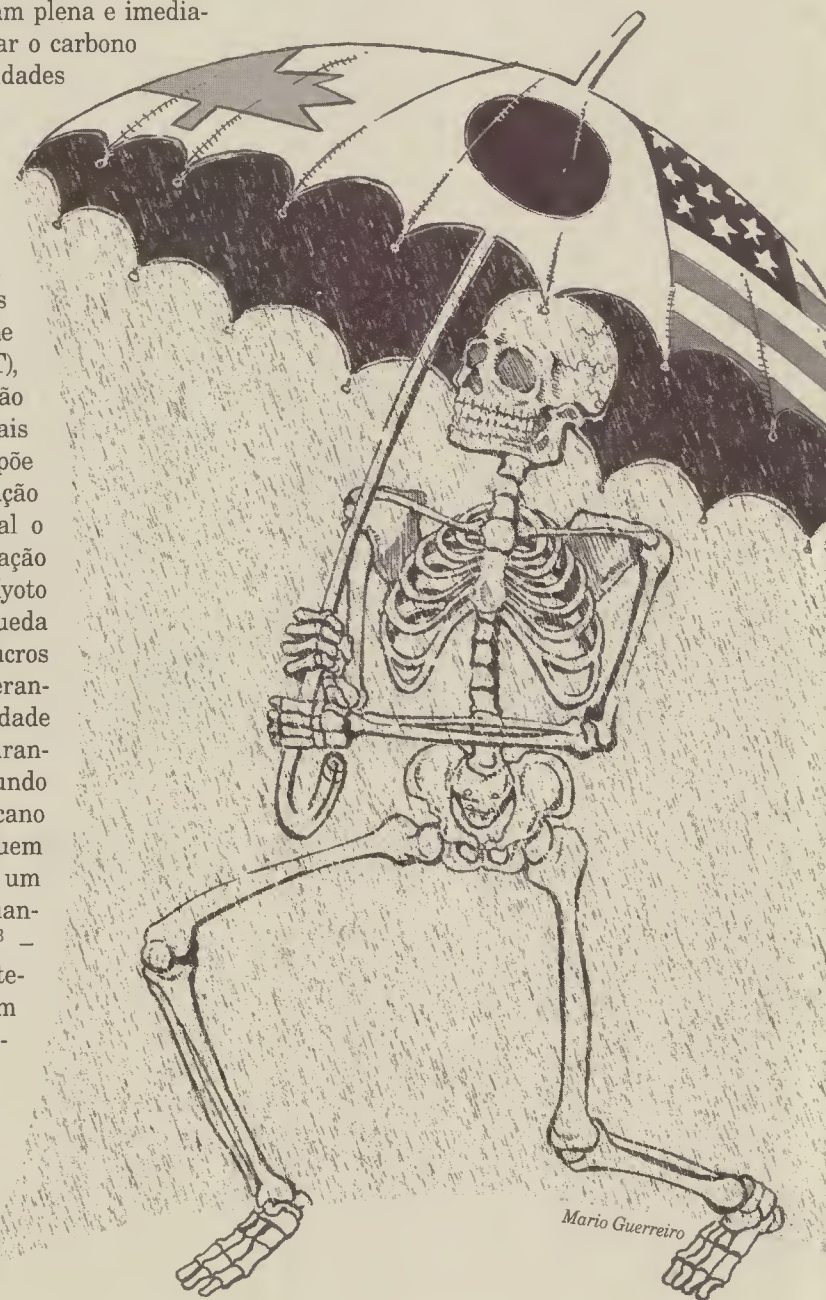
Os lobbies mais numerosos são os dos grupos norte-americanos, reunidos numa frente comum, sob a égide da Câmara de Comércio Internacional. Outra ladainha dos negociadores do grupo Umbrella: a ampla inclusão dos poços de

carbono, das plantações de florestas e dos territórios agrícolas (chamados, no jargão, de LULUCF – Land Use, Land Use Change and Forestry Activities) nos mecanismos de "desenvolvimento limpo". A American Farm Bureau Federation (AFBF) é um dos lobbies agrícolas mais poderosos dos Estados Unidos, e suas reivindicações políticas ultrapassam o âmbito da agricultura. A maioria de seus membros, na verdade, não são agricultores, mas especuladores que contribuem para a carteira de investimentos do Farm Bureau, calculada em quatro bilhões de dólares, e onde se encontram firmas como Philip Morris, Swaywehauser, Union Carbide e Ford Motor. Além de contestarem a idéia de que as atividades humanas contribuem para o aquecimento do planeta, a preocupação deles está centrada nos "impactos que os acordos internacionais sobre as mudanças climáticas poderiam ter sobre a competitividade da agricultura norte-americana (...). É importante que as negociações em curso garantam uma flexibilidade máxima, de modo a que os Estados Unidos possam plena e imediatamente contabilizar o carbono retido pelas atividades agrícolas".²

A força do lobby revisionista

A AFBF criou uma associação, os Farmers Against the Climate Treaty (FACT), que, como o nome não poderia indicar mais claramente, se opõe a qualquer negociação sobre o clima. Qual o motivo? Uma aplicação do protocolo de Kyoto acarretaria uma queda vertiginosa dos lucros do setor, "considerando-se sua necessidade intensa de combustível e energia", segundo o senador republicano Chuck Hagel, em quem o FACT encontrou um intermediário atuante – entre outros³ – no Congresso norte-americano. Também é explícita a mensagem, desta vez para uso interno, transmitida numa correspondência datada de 11 de setembro de 2000 pelo vice-presidente pa-

ra assuntos ambientais da empresa de papel Smurfit-Stone, Allen M. Koleff, a W. Henson Moore, presidente da American Forest and Paper Association (AF & PA). Nessa carta, Koleff faz questão de cumprimentar Henson Moore pela "guinada de 180 graus do Departamento de Estado" com relação à inclusão dos poços de carbono na negociação sobre mudanças climáticas: "Não duvido que essa 'aparição' por parte do Estado resulte do esforço incessante do grupo de trabalho sobre mudanças climáticas da AF & PA."⁴ E isso com o grande reforço de *think-tanks* às vezes difíceis de identificar, como o Science and Environmental Policy Project que, em seu site na Internet, se define como uma organização sem fins lucrativos. Também é o caso de Fred Singer, um dos principais arautos do revisionismo climático, que difunde suas mensagens de contestação do aquecimento do planeta nas colunas do Washington Times, jornal que vem a ser propriedade da seita do reverendo Sun Myung Moon.



O "amigo do clima"

A empresa Monsanto também pode auferir lucros que lhe permitiriam uma ampla inclusão dos territórios agrícolas nos mecanismos contestáveis de absorção do gás carbônico, inscritos no LULUCF. Seria, para ela, a oportunidade de valorizar seu herbicida Roundup como "amigo do clima" (*climate friendly*), bem como suas sementes transgênicas Roundup Ready, sem contar os lucros futuros de plantações de organismos geneticamente modificados (OGM), de elevada absorção de gás carbônico. A Monsanto já se havia mostrado bastante ativa à margem das conferências anteriores sobre as mudanças climáticas, chegando a se fazer representar junto ao GIEC, grupo de especialistas reconhecido pelas Nações Unidas, e autor, em maio de 1999, de um relatório especial sobre o LULUCF.

A culpa das empresas européias

Os lobbies europeus não ficam devendo: a União das Confederações da Indústria e dos Empregadores da Europa (UNICE) e Mesa Redonda Européia dos Industriais (ERT),⁵ que reúne os executivos de 45 das maiores empresas européias, apostam num engajamento "voluntário" na luta contra o efeito-estufa. Produzir ainda mais sem consumir mais energia, fora de qualquer esquema restritivo e fora de qualquer controle, beneficiando-se do maná dos mercados das autorizações de emissões e do apoio do Fundo Mundial para o Meio Ambiente para a implantação de projetos industriais "limpos" nos países do hemisfério Sul – estas são algumas das interpretações pouco convincentes do desenvolvimento durável previstas por esses grupos industriais.

Traduzido por Maria Elisabete de Almeida

* Pesquisadora da Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais (EHESS), Paris.

1. Dióxido de carbono ou gás carbônico (dejetos industriais, explosão dos transportes automotivos e aéreos), clorofluorocarbonos (usados na fabricação de líquidos refrigerantes, gases propulsores ou agentes de fabricação de espumas e de solventes), metano (de origem agrícola, em relação com o crescimento demográfico) óxido nitroso (combustão de vegetais, uso de adubos azotados).

2. Correspondência enviada em 13 de novembro de 2000 - primeiro dia da negociação de Haia - a Dan Glickman, secretário americano da Agricultura, e assinada também por: American Farm Bureau Federation, American Soybean Association, National Cattlemen's Beef Association, National Corn Growers Association, National Farmers Union.

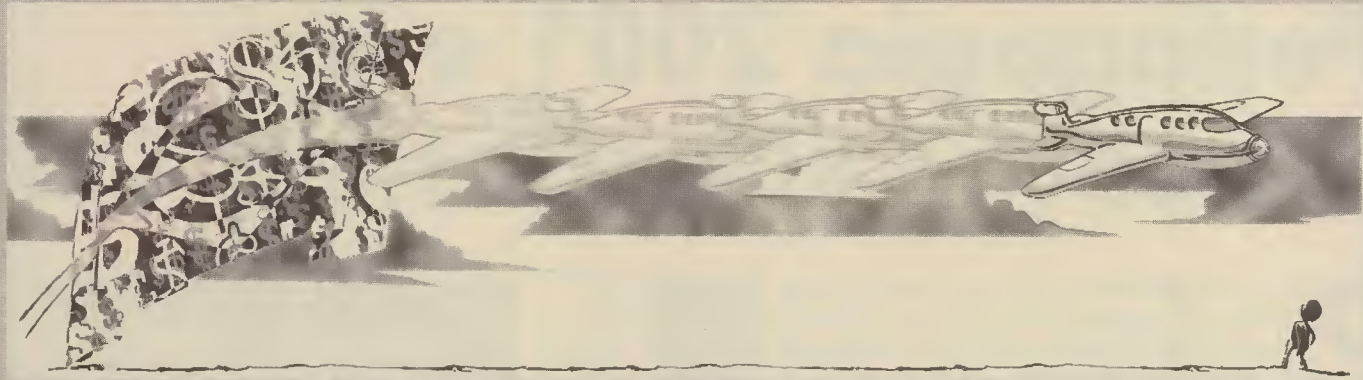
3. O senador republicano de Nebraska, Pat Roberts, conclamou solenemente a população rural dos Estados Unidos a "despertar", cumprimentando o FACT por sua oposição a qualquer tratado. Fonte: www.fb.org

4. Essa carta não contém assinatura manuscrita, mas está datilografada em papel timbrado.

5. Ler o livro de referência sobre a questão dos lobbies europeus: de Belén Balanyà, Ann Doherty, Olivier Hoedeman, Adam Ma'anit e Erik Wesselius, Europe Inc., ed. Agone, Marselha, 1999.

Renato Dagnino - professor da Unicamp

Mario Guerreiro



Sobre aviões, subsídios e políticas tecnológicas

O atual contencioso entre a Bombardier e a Embraer tem dado lugar a pronunciamentos de autoridades (e manifestações na mídia) que deixam dúvida acerca da racionalidade da política de capacitação industrial e tecnológica que propõem e da sua coerência com as metas de desenvolvimento econômico e social que declaram.

Algumas, que apareceram na maior revista brasileira na última semana, como "...os países ricos não estão suportando essa invasão de um país em desenvolvimento no seu mercado", ou "...pela primeira vez o Brasil disputa um mercado de alta tecnologia, em condições favoráveis, e consegue ganhar a parada", dão a entender que a acusação de subsídio é apenas um alibi para conter a superioridade tecnológica da Embraer.

Para mostrar que isto não é bem assim, e tentar evitar patriotadas fora de lugar, começo falando sobre o mercado em que atuam essas empresas. Dos três segmentos do mercado aeronáutico, ele é o menos concentrado. De fato, neste segmento dos *commuters*, aviões de 10 a 125 assentos, até a década passada atuavam empresas de 11 países (alguns do terceiro mundo). O dos aviões de mais de 125 assentos, de longe o maior, mais lucrativo é, ao contrário, "reservado" às empresas como a Boeing (200 mil empregados e 50 bilhões de dólares de faturamento) e a Airbus dos países avançados.

Três características do mercado de *commuters*, que têm relação com a posição dos EUA, devem ser lembradas para avaliar o desempenho da Embraer. As duas primeiras, do lado da oferta, são a sua muito pequena presença como produtor direto e a grande participação dos componentes e motores, de alto conteúdo tecnológico e valor agregado que fabrica no preço dos *commuters* produzidos em todo o mundo. A terceira, do lado da demanda, é a sua alta participação (mais da metade) na demanda mundial deste tipo de avião.

As duas últimas características explicam a primeira! O fato de sermos os maiores compradores e os maiores fornecedores de aviônicos e motores permite aos EUA manter um regime de preços neste segmento, sancionado inclusive pelo Agreement on Trade in Civil Aircraft, que penaliza os países e empresas que nele atuam.

A superioridade norte-americana no mercado de aeronaves civis (e militares), tanto do lado da oferta de componentes e de aeronaves de grande porte (cujo valor unitário e da produção total é muito maior que o dos *commuters*, como do lado da demanda, é um elemento explicativo da difícil situação a que sempre estiveram submetidos os países fabricantes de *commuters*.

Muitos deles, como Brasil, Coreia do Sul, Taiwan, Espanha, Canadá, Indonésia, entraram neste mercado para diminuir o prejuízo econômico que a produção de aeronaves militares, determinada por motivos estratégico-militar e de prestígio nacional, impunha.

Este fato, aliado aos recém indicados, faz com que o subsídio governamental seja uma prática corrente entre os países que fabricam *commuters*. Eles vão desde a utilização do poder de compra do Estado para viabilizar o desenvolvimento de novos projetos até o simples socorro financeiro, como ocorreu

no início dos anos 90, com as empresas aeronáuticas dos EUA, Indonésia, Holanda, Inglaterra, Espanha, França etc.

O fato de que a Embraer possa ser assimilada a uma "maquiadora", que importa praticamente toda a matéria-prima que utiliza e exporta quase tudo que produz, parece ser desconhecido dos que festejam o impacto tecnológico e econômico positivo que ela teria. Para eles há que informar que, em 1998, por exemplo, 97% das matérias-primas (desde placas de alumínio, parafusos e porcas, até aviônicos e motores) foram importados dos EUA, Grã Bretanha, França, Itália, Alemanha e até do próprio Canadá. E que o impacto econômico dos quase 3 bilhões de dólares que exporta parece ser maior nestes países do que aqui!

Pelo que vimos até aqui "os países ricos" não têm por que preocupar-se com nenhuma "invasão" brasileira. O principal deles – os EUA – que ganha tanto pelo lado da oferta como da demanda, deve estar bem feliz com o que está ocorrendo.

Quanto à superioridade tecnológica da Embraer, cabe lembrar mais quatro aspectos que permitem lançar dúvida sobre o que a revista chama de "surra" que ela estaria dando. Primeiro, que embora o seu ERJ-145 e o CRJ-500 da Bombardier terem sido projetados para custar, respectivamente 14,8 e 18,6 milhões de dólares, hoje a diferença é menos do que dois milhões. Segundo, que apesar do custo operacional do ERJ-145 ser mais baixo, as relações de custo (preço da aeronave/número de assentos) e de produtividade (velocidade x número de assentos) dos dois aviões são bastante semelhantes. Terceiro, o fato de que quando o ERJ-145 começou a disputar o mercado, em 1996, o CRJ-500 já estava em operação há quatro anos, significa que um novo avião da Bombardier pode vir a reverter a vantagem relativa que hoje detém a Embraer. Quarto, que a julgar pelo fato de que, no extremamente concentrado segmento de motores aeronáuticos, uma das três grandes empresas mundiais – a Pratt & Whitney – era até há pouco canadense, e que seus motores equipam muitos dos aviões produzidos pela Embraer. Seu adversário não era assim tão incompetente.

Portanto, que existe e sempre existiu subsídio, porque ele existe e a quem beneficia (além dos donos da Embraer, é claro), já se sabe há muito tempo. O que não se sabe é se é conveniente mantê-lo ou se o governo deve alocar esses recursos em outras áreas...

E, que existe capacitação tecnológica na Embraer, principalmente em projeto e em engenharia de sistemas, também. O que é necessário é saber se ele de fato tem "transbordado" para fora da empresa. E se justifica a custosa aposta que nela se faz, ou se existem outros setores onde o estímulo à aquisição de competência teria um resultado menos precário e um efeito multiplicador econômico e social mais elevado...

Em suma, o que é necessário da parte de nossas autoridades é uma reflexão mais objetiva e menos apaixonada que aponte para uma política industrial e tecnológica capaz de promover nossa competitividade externa a um custo compatível com os imperativos do desenvolvimento que a sociedade demanda.

Pedagogia 2001 e a educação superior em Cuba

De 5 a 9 de janeiro deste ano, em Havana (Cuba), ocorreu a 7ª edição do Encontro pela Unidade dos Educadores Latino-americanos (Pedagogia 2001), que, desde 1986, discute os problemas da educação nos países da América Latina e Caribe.

Mais de 6 mil professores de 40 países, sendo mil delegados cubanos, participaram dos debates. Foram apresentados 2,5 mil trabalhos sobre oito temas centrais: "Humanismo e formação de valores: um imperativo para a educação", "Qualidade da educação: realidades e aspirações", "Situação atual e perspectiva na formação docente", "Didática das ciências no novo milênio", "História, línguas e arte: em defesa da nossa identidade", "Formação de técnicos e profissionais competentes", "Sociedade, família, escola: educar para a vida em comum" e "Ciências pedagógicas e pesquisa educacional".

Não é por acaso que Cuba vem sediando este tipo de evento nos últimos 15 anos. No contexto da América Latina é o país que possui os melhores índices em Educação. A cobertura atinge 99% da população, sendo garantidos, no mínimo, nove anos de escolaridade nas instituições públicas e gratuitas do Estado (em Cuba não há escolas particulares). Até setembro de 2002, o objetivo é reduzir a média de 30 alunos/professor para 20 alunos/professor. Isso requer a contratação e capacitação de 3 mil educadores, o que está sendo providenciado. Já a educação de 2º grau é alcançada por 93% da população em idade escolar.

Existem institutos pré-universitários que preparam os melhores alunos em ciências, que serão direcionados para a formação em atividades de pesquisa, onde ingressam, em média, um entre 17 candidatos. Também existem Centros Politécnicos com 74 especialidades para quem conclui o 9º ano e Centros Agropecuários, onde estão matriculados 51 mil alunos.

A educação superior

A importância dada à universidade em Cuba está evidenciada pela criação, em 1975, do Ministério da Educação Superior. Em palestra proferida durante o encontro, o ministro Fernando Vecino Alegret demonstrou que a matrícula universitária total em Cuba é de 137 mil alunos (61% são mulheres), para um país com 10 milhões de habitantes. Esta proporção aplicada ao Brasil daria mais de 2 milhões de alunos. A população universitária no Brasil é de 400 mil.

Durante mais de 200 anos, Cuba só contava com três universidades (Universidade de Havana, Universidade Central de Las Villas e Universidade de Oriente), situação encontrada ao triunfo da revolução. Hoje, a ilha conta com 62 instituições, sendo 50 Centros de Educação Superior e 12 faculdades independentes.

A política cubana para a educação superior está direcionada para cinco estratégias: trabalho educativo com os estudantes, formação e desenvolvimento de recursos humanos universitários, informatização da educação superior, colaboração com os organismos da administração central do Estado e financiamento da educação superior. Essas estratégias podem ser resumidas da seguinte forma:

1. O trabalho educativo com os alunos está relacionado com a conscientização para defender a revolução cubana no campo das idéias, mostrar alta competência profissional e elevado compromisso social com os interesses da Nação e possuir um sólido desenvolvimento político-ideológico e ampla cultura socio-humanística. Isto implica na inclusão, em todos os currículos, de disciplinas que têm a ver com a cultura, o desenvolvimento e as relações humanas, no geral e em campos específicos das profissões. Essas atividades são tanto teóricas quanto práticas e são pensadas de forma a permitir um am-



Após cinco dias de atividades em seminários, palestras, visitas e cursos, o Congresso Pedagogia 2001 emitiu uma declaração na cerimônia de encerramento, que foi assistida pelo comandante Fidel Castro, onde se ressalta que, para a melhoria da educação na América Latina, é preciso:

- **implementar pelos governos locais políticas sociais que garantam a saúde e a nutrição dos cidadãos em idade escolar;**
- **fortalecer a escola pública com qualidade como direito humano essencial a ser reivindicado;**

plo protagonismo de estudantes e professores.

2. A estratégia de fortalecimento e desenvolvimento de recursos humanos compreende o plano de conseguir que 50% dos docentes das universidades tenham doutorado para 2003, mas o objetivo é chegar a 90%. Em Cuba existem 20.753 professores universitários trabalhando em tempo integral, dos quais 27% tem doutorado. Existe a convicção de que as universidades devem ser verdadeiros centros de pesquisa científica com docência de excelência. Os estudos, tanto de graduação como de pós-graduação, são gratuitos, exceto para os estudantes estrangeiros, em número de 8,9 mil. As teses de doutorado devem ser aportes científicos nas linhas de pesquisa determinadas nas universidades junto com os setores da produção, nos programas nacionais de ciência e tecnologia. A grande maioria dos docentes doutores lecionam na graduação, como forma de prestigiar a universidade.

3. A estratégia de informatizar a educação superior é uma preocupação do Ministério, tendo como objetivo tornar as universidades líderes em informática no país. Os esforços envidam para que as universidades e centros de pesquisa possuam uma poderosa intranet local e acesso a internet. Num futuro próximo, ao menos duas universidades vão ter acesso a internet II. O trabalho se estende às bibliotecas para integrar bibliografias em suporte eletrônico e priorizar que cada disciplina tenha uma página web na rede universitária com literatura que garanta o adequado preparo dos estudantes.

4. A estratégia de colaboração com os organismos da administração central do estado tem por objetivo aumentar a integração universidade-sociedade, a partir de ações concertadas, efetivas e mutuamente benéficas entre as universidades, os ministérios, as instituições e as entidades nacionais. Esta estratégia está ligada à base da educação cubana em todos os níveis, qual seja, o vínculo entre o estudo e o trabalho. Nas universidades, essa estratégia se concretiza nas chamadas Unidades Docentes, exemplificadas nos hospitais universitários, nas granjas produtoras e nos centros de produção, entre outras. Cerca de 30% do tempo total dos currículos universitários está dedicado ao trabalho dos estudantes naquelas Unidades Docentes afins a sua profissão. Essa combinação de estudo e trabalho começa logo no primeiro ano de estudos de graduação e só termina quando o

- **tornar a instituição educativa como o centro cultural mais importante da comunidade;**
- **incentivar o hábito e o amor pela leitura enriquecendo as bibliotecas escolares;**
- **formar um cidadão crítico da sociedade;**
- **valorizar a língua, a cultura, a literatura, a história e a identidade nacionais;**
- **aumentar o vínculo entre a educação e a produção, promovendo a integração entre os estudantes com a vida, o trabalho e a prática social;**
- **priorizar a alfabetização;**
- **gerar programas massivos que difundam e elevem a cultura dos povos;**

- **lutar pelo reconhecimento social dos educadores elevando a qualidade de sua formação e profissionalização bem como a sua remuneração;**
- **considerar a pesquisa como elemento imprescindível na identificação dos problemas educativos e achar as soluções mais efetivas.**

O Congresso reafirmou que as políticas neoliberais, de submissão ao FMI e de manter a impagável dívida externa são obstáculos para conseguir os objetivos e aspirações da educação dos povos latino-americanos.

aluno defende um trabalho de conclusão de curso. Esta estratégia é importante não só para a formação do aluno e para a educação superior, mas para a sociedade como um todo. Neste ponto é básico conhecer que os planos de estudo dos cursos universitários são desenhados em nível nacional por comissões de experts das universidades e dos setores da sociedade mais afins com o curso. Os currículos são defendidos em ato público junto a bancas conformadas por profissionais de alto prestígio dos mesmos setores. Os planos de estudo entram em vigor só depois que as bancas respectivas recomendam a sua aprovação. Na integração dos setores produtivos com as universidades pode ser aproveitado, por professores e estudantes, equipamento e tecnologia de ponta no marco de convênios e acordos.

5. Com relação ao financiamento das universidades, o Estado cubano assume total responsabilidade, uma vez que a educação em todos os níveis é pública e gratuita. Durante os últimos 10 anos, apesar das severas restrições econômicas, produto do colapso da Europa do Leste e do criminal bloqueio por dos Estados Unidos, em que Cuba perdeu 35% do seu PIB em menos de 3 anos, não foi fechada nenhuma universidade e nenhum professor foi demitido. Pelo contrário, três meses atrás foi concedido um aumento salarial de 30% aos professores de todas as universidades. Isto permite evidenciar que não é o volume de recursos o que decide a subsistência das universidades e sim a vontade política dos governos. As próprias universidades contribuem na captação de recursos financeiros mediante a comercialização de produtos e serviços acadêmico-científicos, bem como mediante a participação em convênios internacionais.

Cuba mostra um exemplo para os países latino-americanos pelas suas conquistas em matéria de educação em todos os níveis, graças a uma convicção política de que só mediante a educação e a cultura haverá verdadeira liberdade. Não serão as dificuldades econômicas que impedirão que esta política continue, uma vez que a última década, talvez a mais difícil época que a Cuba socialista enfrentou, não diminuiu os esforços deste povo para ter uma educação gratuita e de excelência e, ainda, comprometida com a resolução dos problemas do país.

Nota: Material sobre o evento Pedagogia 2001 pode ser consultado na biblioteca da Adufrgs



Jéferson Assunção - jornalista

McDonald's e o medo das multidões

No início da noite de um domingo, dia 11, um grande grupo de pessoas passava pela Rua dos Andradas, voltando do show "Verão com vida 2001", ao lado da Usina do Gasômetro. Qual não foi a surpresa quando, ao se aproximarem do McDonald's da Rua da Praia, os transeuntes virem as cortinas de aço da loja começarem rapidamente a ser baixadas. Talvez fosse o medo de que se repetisse a cena do protesto das agricultoras ocorrido no Dia Internacional da Mulher, 8 de março, e que ganhou as capas de jornais do centro do País. Ele pode ter detonado um pavor de multidões na loja do McDonald's. Injustificável, afinal, era apenas um grupo de jovens que gostam de rock, funk, hip hop, trash, punk-rock, heavy metal (estilos musicais importados da contracultura pop norte-americana, vendidos pela MTV Brasil). Quer dizer: uma massa de pessoas tão consumidoras dos produtos da indústria cultural, quanto qualquer cliente McDonald's.

É que nós, os gaúchos, devemos estar sendo, de fato, motivo de dor-de-cabeça para alguns capitalistas. Começa por essa interessante coincidência de a palavra que nos define ser graficamente muito próxima da francesa "gauche", que quer dizer, também, "esquerda". Daí "gauchisme" e "gauchiste" lembrarem outros termos relativos aos nascidos ou moradores do Rio Grande do Sul. E com a ascensão dos "gaúchos", a Capital do Estado foi se transformando com o tempo em um espaço de luta entre dois mundos.

Conservadores e progressistas se digladiam de acordo com o poder que têm, criativamente ou economicamente, deixando marcas até mesmo físicas na cidade. A ponto de, se pensarmos, bem, Porto Alegre já contar com um roteiro completo de locais onde ocorreram e ocorrem lutas antineoliberais. Seu lugar no mapa do mundo já está garantido, resta demarcar aqui mesmo a geografia das lutas entre as elites econômicas e as forças dos movimentos sociais. É só olhar em volta. A região da Volta do Gasômetro é uma das velhas conhecidas.

É ali que muitos espetáculos artísticos enchem a cidade daquele espírito porto-alegrense de metrópole integrada à natureza, que ama o seu rio e o pôr-do-sol, lugar de históricas manifestações de cidadãos em defesa do meio ambiente e da saúde pública.

É também ali perto que a Rede Globo acintosamente colocou na virada de 1999 para 2000 seu Relógio do Milênio. Quem esquece o que ocorreu no dia 22 de abril de 2000, quando estudantes e manifestantes representaram a inconformidade de um grande número de gaúchos com a rede de televisão mais poderosa do País e seu apoio de décadas às oligarquias nacionais? Seguindo pela Rua da Praia, fica a já citada loja do McDonald's. Subindo a Ladeira, fica o escritório da Embaixada dos Estados Unidos no Brasil, palco de vários protestos, com suas tradicionais queimas de bandeira norte-americana. A Praça da Matriz é o palco de confrontos de sem-terra com a Brigada Militar, dos protestos de professores, da comemoração da ascensão da esquerda ao governo do Estado, e tantas outras manifestações.

A Borges de Medeiros tem vários pontos a serem lembrados. Um dos mais importantes é a Esquina Democrática e suas bandeiradas. Mais abaixo, o largo Glênio Peres, de tantos showmícios, de campanhas, de Fora Collor, de comemorações. O prédio da Prefeitura, há 12 anos ocupado por prefeitos do PT, é outro e, ao seu lado, o local de concentração da Marcha Contra o Neoliberalismo e pela Vida, dia 25 de janeiro de 2001. Mais de dez mil pessoas vindas de diversas partes do mundo caminharam até o Anfiteatro Pôr-do-Sol, local em que se realizaram cinco dias de shows para mais de dez mil pessoas por noite durante o Fórum Social Mundial.

Na Zona Norte, não se pode esquecer a loja da rede de hipermercados Carrefour, primeira no mundo a se dobrar para uma prefeitura e cumprir, em 1999, uma longa pauta de reivindicações sociais para poder se instalar. Depois vieram outras, entre elas redes de comuni-



Protesto em frente à loja do McDonald's durante o Fórum Social Mundial em Porto Alegre

cação em fibra ótica. Sem falar nos galpões de reciclagem de lixo e nas assembleias do Orçamento Participativo, dois velhos conhecidos de grupos de europeus e latino-americanos interessados no jeito porto-alegrense de governar. Para terminar o passeio, os turistas poderiam dar uma passadinha para visitar o Mosaico da Cidadania, na PUC, que simboliza a multiforme pedra fundamental para

construção de um mundo novo.

Aquele domingo, depois dos shows no Gasômetro, serviu para lembrar que Porto Alegre vive, sim, num clima diferente do que existe, pelo menos por enquanto, em outras cidades. Nelas, um grande público potencialmente consumidor de McDonald's certamente seria recebido com os braços e as portas mais abertas do que aqui.

ORELHA



Geografia e Educação - Geração de ambiências
Nelson Rego, Dirce Surtegaray e Álvaro Heidrich (orgs.)

Livro traz reflexões e propostas para o ensino de geografia nos níveis fundamental e médio, estendendo-se também a situações suplementares ao ensino formal.
Editora da Universidade, 123p. R\$ 10,00.

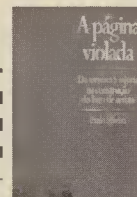


Fronteiras do Milênio
Sandra Jatahy Pesavento (org.)

Traz a discussão de que as fronteiras não são apenas marcos divisórios construídos, representando limites e estabelecendo divisões, mas induzem a pensar na passagem, comunicação, diálogo e intercâmbio.
Editora da Universidade, 140p. R\$ 10,00.

A página violada - Da ternura à injúria na construção do livro de artista
Paulo Silveira

O autor estuda a designação unificadora "livros de artista". Traz cerca de 200 obras através de 600 imagens, incluindo eventos e documentos. A maioria é colorida e original feita para o próprio trabalho.
Editora da Universidade. 319p. R\$ 60,00.



WWW

SBPC

☒ www.sbpnet.org.br
Sítio da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência com informações e inscrições para a 53ª reunião da entidade, em julho; além de publicações periódicas em português.

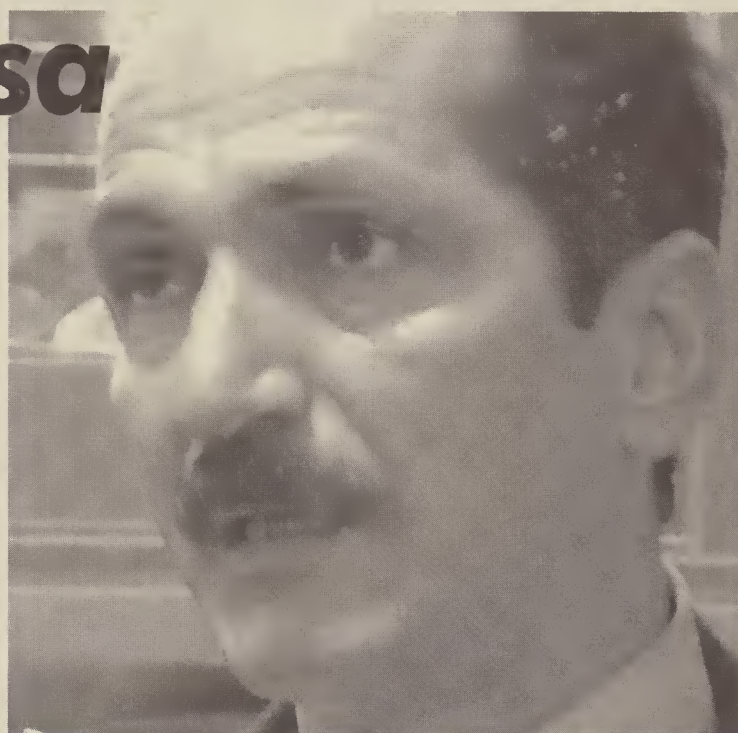
Imprensa Alternativa

☒ www.eurosur.org
Portal com links para páginas de movimentos sociais e imprensa alternativa latina e da Península Ibérica.

"A Língua Portuguesa está ameaçada"

O uso crescente de termos estrangeiros ameaça a língua portuguesa. Soterrada por um sem-número de palavras de outros idiomas, a "Última Flor do Lácio, inculta e bela", de Olavo Bilac, é também vítima da globalização econômica. Nas lojas, nos jornais, na rua, é cada vez maior o número de palavras vindas de outros países, o que levou o deputado federal Aldo Rebelo (PC do B/SP) a elaborar um projeto de lei que prevê a defesa e a promoção do idioma nacional. Rebelo rejeita o rótulo de xenofobia, reconhece que todos os idiomas vivem sob a tensão permanente da mudança, mas defende a necessidade da continuidade e da permanência para a sobrevivência da língua. O parlamentar esteve em Porto Alegre no início deste mês, quando participou de uma reunião, na sede da Adufrgs, com um grupo de professores interessados na promoção e na qualificação da língua portuguesa. Antes de conversar com os professores gaúchos, Aldo Rebelo concedeu entrevista ao Adverso e explicou os objetivos do seu projeto.

Marco Aurélio Weissheimer



Cristina Lima

Rebelo: "o mau exemplo vem de cima. O próprio presidente da República, em entrevistas, fala em *trade-off*, *agribusiness*, *fast track*"

AD verso - **Quais são, em linhas gerais, os objetivos do seu projeto em defesa da língua portuguesa?**

Aldo Rebelo - Como parte de um processo de deterioração da economia e da cultura nacionais, o Brasil passa atualmente por um processo de "desnacionalização lingüística". Tal como o patrimônio público, as empresas privadas do País estão falando outros idiomas, vendidas que são a grandes grupos multinacionais. A desnacionalização da língua vem, palavra por palavra, na forma de um bilingüismo sorrateiro que forja uma combinação babélica já chamada de "portuglês" ou "portinglês". O português é o idioma oficial da República Federativa do Brasil, mas nomes de empresas, lojas, produtos, serviços, eventos, músicas, instrumentos, artefatos, publicações, reuniões, esportes são progressivamente grafados em língua estrangeira, sobretudo o inglês. O meu projeto é parte de um movimento de defesa e promoção da língua portuguesa. Temos testemunhado, principalmente nos últimos anos, uma invasão de estrangeirismos na comunicação cotidiana, tanto na escrita quanto na comunicação oral. Essa invasão tem nos preocupado porque ela descaracteriza a nossa língua. Sabemos que o idioma vive permanentemente sob a tensão da mudança, da atualização, da renovação, que são condições da própria sobrevivência da língua, pois uma língua que não se renova não sobrevive. Mas também há a necessidade da continuidade e da permanência, sem o que também a língua corre o risco do desaparecimento. Esse equilíbrio foi rompido na medida em que a renovação deixou de obedecer a uma necessidade do próprio idioma para servir aos interesses comerciais, culturais, ideológicos e políticos dos países que têm uma posição de hegemonia no mundo.

Adverso - Quais seriam os mecanismos de defesa da língua portuguesa, apresentados no seu projeto?

Rebelo - O fundamental é a elevação da qualidade do ensino e da aprendizagem da língua. Ou seja, melhorar as condições de ensino, não apenas no fundamental mas nas próprias universidades. Vemos, por exemplo, nos cursos de comunicação ou nos cursos jurídicos, apenas para citar dois exemplos, que o ensino da língua portuguesa foi relegado a um plano secundário. Isso faz com que jornalistas, apresentadores de rádio e de TV não tenham os instrumentos necessários para preservar o idioma e eles próprios passam a abusar dos estrangeirismos, não apenas pelo modismo, mas, lamentavelmente, às vezes até por ignorância. Vi recentemente um apresentador de uma das televisões mais conhecidas do país substituir a pronúncia de uma palavra de origem grega, já latinizada e aportuguesada, pela pronúncia desta palavra em inglês. A palavra era "óron" e ele narrava a descoberta de uma nova estrela em "oraion". Tenho certeza que ele tomou de empréstimo a

pronúncia em inglês, pois provavelmente nem se lembrasse da existência desta palavra de origem grega, latinizada e aportuguesada e que todos aprendemos a pronunciar "óron".

Adverso - Em que pé está a tramitação do projeto?

Rebelo - O projeto foi aprovado por unanimidade na Comissão de Educação e Cultura e, atualmente, está na Comissão de Constituição e Justiça, onde já recebeu parecer favorável do relator. Após a votação na Comissão de Constituição e Justiça, sendo aprovado sem recurso ao plenário, ele vai diretamente para o Senado. Se houver recurso, tem que ser votado na Câmara. No Senado vale o mesmo procedimento. Depois de aprovado, o projeto vai para a sanção do presidente da República.

Adverso - O projeto prevê algum tipo de restrição ao uso de estrangeirismos?

Rebelo - Não. O que o projeto prevê é o cumprimento da lei que exige o aportuguesamento, porque muitas vezes você recebe uma palavra de língua estrangeira para a qual não há correspondente em português. Aliás, o empréstimo lingüístico é resultado desta situação e é o que explica a presença na língua portuguesa de milhares de vocábulos de origem árabe, francesa e inglesa.

"Repúdio à genuflexão idiomática de achar que língua boa é a dos outros"

Tomemos o caso da palavra "futebol", muito popular no Brasil. "Futebol" não é uma palavra inglesa, mas sim uma palavra portuguesa de origem inglesa. Nós adaptamos a pronúncia e a grafia ao português. Não pronunciamos "futebol" como fazem os ingleses, nem escrevemos como eles escrevem. Nós aportuguesamos o termo. Este é um exemplo de respeito a nossa fonética, à estrutura da nossa língua e ao cidadão brasileiro que aprendeu, que sabe e que fala o português. Mas, além de melhorar o aprendizado da língua portuguesa, precisamos também melhorar o aprendizado das línguas estrangeiras, pois quem tem o domínio de sua língua e de uma outra, vai aprender a respeitar as duas e não vai querer misturá-las como muitas vezes acontece por exibicionismo ou ignorância.

Adverso - Como nasceu a idéia do projeto?

Rebelo - Nos diálogos do dia-a-dia, na correspondência, nas apresentações, nas conversas mais simples, as tradições do português são violentadas. As repartições públicas são obrigadas a praticar o vernáculo, mas o Banco do Brasil, por exemplo, oferece o *personal banking*. O Banespa, *netbanking*. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística tem, na Internet,

uma *home page* intitulada "IBGE Teen". Que mal haveria em escrever "IBGE Jovem"? O mau exemplo vem de cima: O presidente da República, em entrevista a meios de comunicação, fala em *trade-off*, *agribusiness*, *fast track* - quando poderia usar expressão muito mais suave e naturalmente compreendida por todos os que falam a língua portuguesa, que seria "via rápida". Recentemente, referiu-se ao trato fácil com um auxiliar: "Ele é *easy going*". Sua Excelência gosta de anglicizar as entrevistas. Talvez seja oportuno contar ao presidente história contada por Barbosa Lima Sobrinho sobre Tibério, imperador romano, que gostava de aplicar barbarismos no latim, até ser criticado por um tribuno: "Tu, César, tens o poder de dar cidadania aos homens, não às palavras". O povo brasileiro não tem a obrigação de conhecer palavras ou idiomas estrangeiros. O poliglottismo é uma qualidade que todos almejamos, mas nunca em prejuízo da língua materna em que fomos alfabetizados e pela qual expressamos melhor nossos sentimentos. A língua portuguesa, além de bonita, fluente e rica, é um patrimônio cultural, um bem intangível da nação brasileira. Deve ser enriquecida, valorizada e protegida.

Adverso - E como superar esta tendência mundial de anglicização dos idiomas?

Rebelo - Tomemos o exemplo da França, país que sabe combinar o universalismo (ou o cosmopolitismo, a pretexto do qual se agride nosso idioma) com a tradição nacional. Tudo lá é traduzido, adaptado ou reduzido ao acento local. A altivez francesa elevou-se na Lei n.º 75-1349, de 1975, depois substituída pela Lei n.º 94-665, de 4 de agosto de 1994, conhecida como Lei Toubon, por ter sido iniciativa do ministro da Justiça, Jacques Toubon. A lei define a língua francesa como "um elemento fundamental da personalidade e do patrimônio da França." Com semelhante exemplo de valorização nacional, devemos repudiar a genuflexão idiomática de achar que língua boa é a dos outros povos. Recentemente em breve viagem que fiz para participar de um congresso na Iugoslávia, passando pela França e pela Suíça, observei um vetusto e conservador jornal francês como o *Le Figaro* comemorar, como uma criança comemora o recebimento de uma medalha numa pelada de futebol, o fato de a presença da francofonia nas páginas da Internet ter crescido zero vírgula zero algum por cento. E o *Le Figaro* abre uma página inteira para comemorar esse feito, essa conquista da francofonia. Os franceses fazem publicar em Budapeste, capital da Hungria, cujo idioma tem grande distância dos de origem latina, um semanário da francofonia. É a valorização do idioma não apenas como instrumento de identidade, soberania e cultura, mas também como parte do arsenal de luta dos países para se fazerem presentes nos mercados globalizados, que são os mercados do capitalismo dos nossos dias.